



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2024
Tribunal de Justiça



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, junho de 2025



SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO GERAL	03
2	MISSÃO	05
3	FINALIDADE	05
4	COMPETÊNCIAS	05
5	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
6	AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	08
7	INDICADORES DE GESTÃO E DESEMPENHO	35
8	RESULTADOS DO PPA 2020-2023	46
9	QUADRO DE PESSOAL	55
10	RECURSOS PATRIMONIAIS	56
11	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	57
12	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO	60
13	ANEXO	61



DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1 DESCRIÇÃO GERAL

Considerando o campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva das Justiças especializada e Justiça comum. As especializadas referem-se às Justiças Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Federal e Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras. No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos, vedada a reeleição. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.

1.2 Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.397/2017, alterada pela Lei Estadual nº 17.743/2021), a Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça. A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.



Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 127 varas. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais - Família, Cível, Fazenda Pública, Crime, Júri, Execução Fiscal, Crimes Contra a Ordem Tributária, Falência, Registro Público, Delitos de Tráfico de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Pena Alternativa, Infância e Juventude, Execução Penal e Auditoria Militar, por exemplo, além da Secretaria Judiciária de 1º Grau, criada pela Lei nº16.905/2019, vinculada ao Tribunal de Justiça.

1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Ao todo, são 106 Comarcas Sede e 408 unidades judiciais instaladas, conforme Perfil do Judiciário - fevereiro de 2025. As Comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até 40 salários-mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem 29 Juizados Especiais, sendo 20 cíveis, 05 da fazenda - ações até 60 salários-mínimos e 04 criminais, além do Juizado Móvel, que trabalha em casos de acidentes de trânsito. Já no restante do Estado, outras 11 unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais são encontradas nas comarcas de Caucaia 02, Crato 01, Iguatu 01, Juazeiro do Norte 02, Maracanaú 01, Quixadá 01, Sobral 02 e Tauá 01, consoante Perfil do Judiciário - fevereiro de 2025.

1.6 Fórum das Turmas Recursais



O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por quatro unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito, sendo duas delas provisórias com vistas a esforço concentrado para redução do acervo processual. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

2 MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2021-2030, aprovado em fevereiro de 2021 pelo Órgão Especial, “garantir direitos para realizar justiça no Ceará”.

3 FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

4 COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e



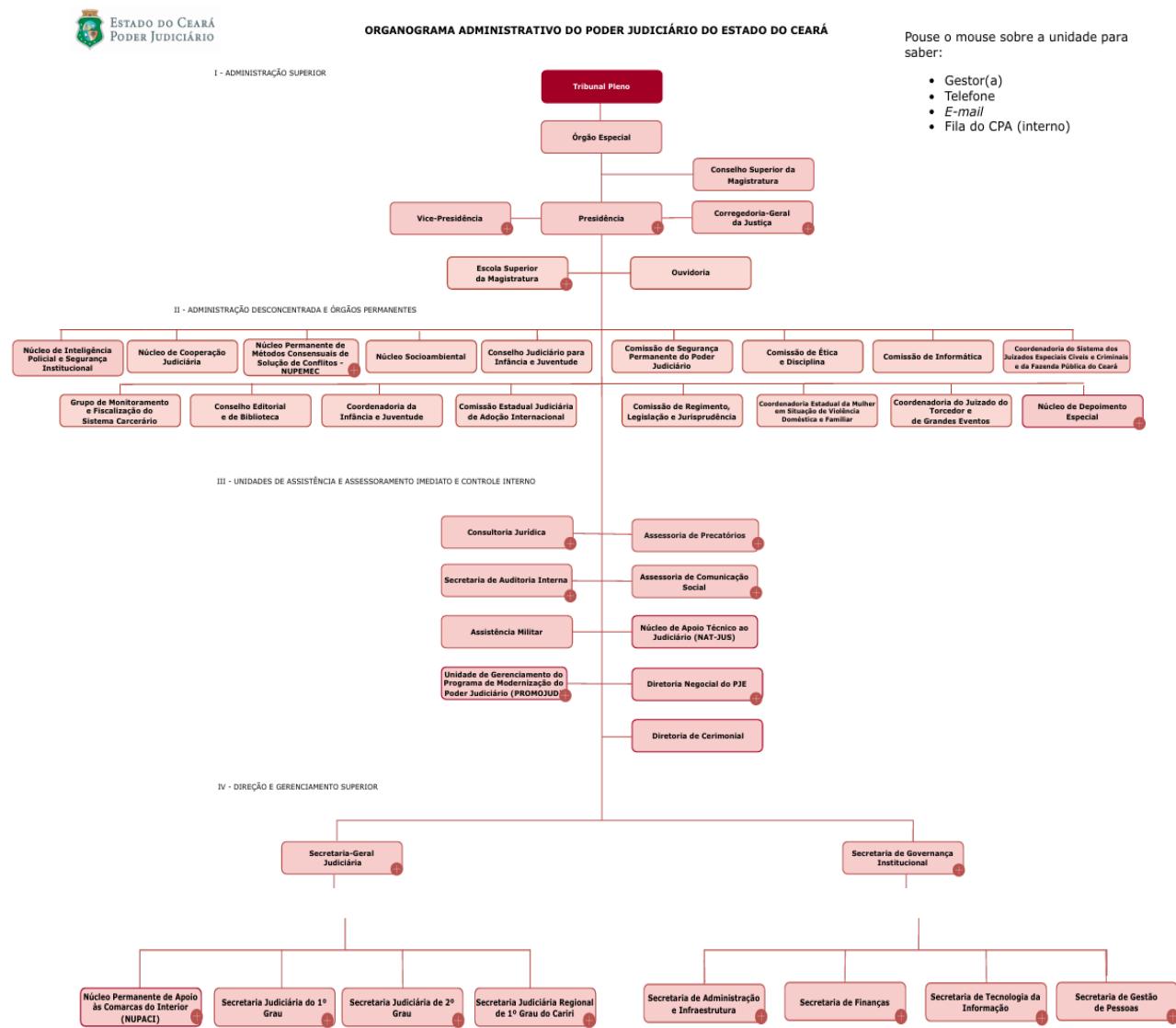
Organização Judiciária do Estado do Ceará).



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional reflete o descrito na Lei Estadual nº 16.208, de 3 de abril de 2017, alterada pela nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018 e complementada pelas Resoluções do Pleno do TJCE que versam sobre reestruturações administrativas.

Recomenda-se a visualização do Organograma Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Ceará na versão html, no seguinte endereço: organograma_poder_judiciario_ceara.html (tjce.jus.br).



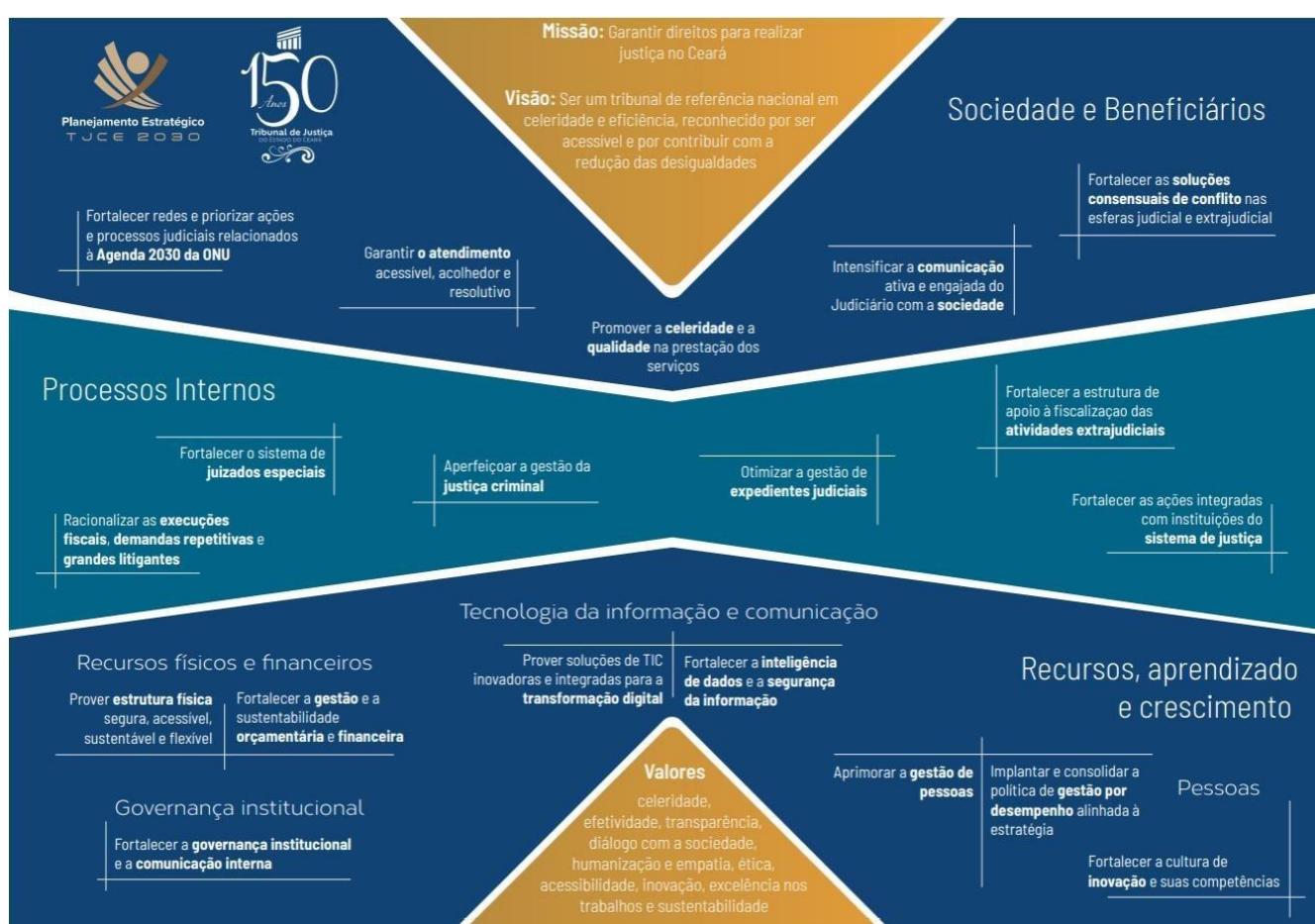


AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O Plano Estratégico do TJCE 2030 foi aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 07, de 18 de fevereiro de 2021. A construção do Plano contou com a realização de 13 (treze) oficinas colaborativas, divididas entre 3 (três) etapas: Diagnóstico e análise organizacional, Formulação Estratégica e Alinhamento Estratégico, as quais contaram com a participação de mais de cinquenta integrantes do Poder Judiciário, dentre eles magistrados de primeiro e segundo grau e servidores, cujas deliberações foram validadas pela presidência e vice-presidência do TJCE, Corregedoria-Geral de Justiça, Escola da Magistratura do Ceará, Juízes Auxiliares e as Secretarias-Gerais Administrativa e Judiciária.

Seguindo a metodologia Balanced Scorecard, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2021-2030 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 19 (dezenove) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; Sociedade e Beneficiários). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2021-2030 é competência da Secretaria de Governança Institucional do TJCE.

Figura 1 – Mapa estratégico TJCE 2030



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



II - Visão: Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.

III - Valores:

- Celeridade;
- Efetividade;
- Transparência;
- Diálogo com a sociedade;
- Humanização e empatia;
- Ética;
- Acessibilidade;
- Inovação;
- Excelência nos trabalhos; e
- Sustentabilidade.

IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas:

a) Sociedade e Beneficiários:

1. Fortalecer redes e priorizar ações e processos judiciais relacionados à Agenda 2030 da ONU;
2. Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo;
3. Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços;
4. Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade;
5. Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.

b) Processos Internos:

1. Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes;
2. Fortalecer o sistema de juizados especiais;
3. Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal;
4. Otimizar a gestão de expedientes judiciais;
5. Fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais;
6. Fortalecer as ações integradas com instituições do sistema de justiça.

c) Recursos, Aprendizado e Crescimento:

1. Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna;
2. Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível;
3. Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira;
4. Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital;



5. Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação;
6. Implantar e consolidar a política de gestão por desempenho alinhada à estratégia;
7. Fortalecer a cultura de inovação e suas competências;
8. Aprimorar a gestão de pessoas.

V - Fichas de Indicadores (Plano Estratégico TJCE 2021 – 2030)

Indicador 01: Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país						
Visão	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Descrição do indicador	Mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), sentença/magistrado e sentenças por casos novos.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Número de indicadores nos quais o TJCE posicione-se entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	0 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 3 indicadores nos quais o TJCE se posicione entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	1	1	2	2	3
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 02: Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE						
Visão	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Descrição do indicador	Mede a percepção do cidadão com relação à atuação do Poder Judiciário do Estado do Ceará, considerando a acessibilidade aos prédios e aos serviços, o atendimento prestado, a qualidade dos serviços, a comunicação com a sociedade, a transparência nas informações e a infraestrutura dos prédios.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de percepção respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	56,0% (2021)					



Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à atuação do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	58,0%	62,0%	72,0%	73,0%	74,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 03: Efetividade da Gestão do TJCE						
Objetivo Estratégico	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Descrição do indicador	Mede o custo médio do processo judicial.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(Custo total anual do TJCE deflacionado /Casos finalizados no ano) Casos finalizados = processos baixados Custo total anual do TJCE deflacionado = Total de despesas empenhadas/(1+IPCA acumulado)					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	R\$ 3.349,00 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar custo médio do processo judicial de R\$ 2.929,47 (dois mil novecentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos) até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	R\$ 3.293,00	R\$ 3.364,00	R\$ 3.160,89	R\$ 3.024,87	R\$ 2.929,47
Gestor das Metas	Secretaria-Geral Administrativa					

Indicador 04: Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais						
Objetivo Estratégico	Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.					
Descrição do indicador	Mede o incremento na quantidade de acordos processuais e pré-processuais homologados no 1º e 2º graus.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[(THPPa-THPPaa)/THPPaa] x 100 THPPa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano corrente THPPaa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano anterior.					
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	50.522 acordos processuais e pré-processuais firmados em 2021					



	8,6% (acréscimo de 2018-2019, período anterior a pandemia)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 50,0% de incremento de acordos processuais e pré processuais em relação ao ano de 2021.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	10,0% (55.574)	20,0% (60.626)	30,0% (65.679)	40,0% (70.731)	50,0 (75.783)
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 05: Taxa de congestionamento						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Pendentes de baixa / (pendentes de baixa + total de baixados)					
Responsável pelos dado	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	70,10% (2020)					
Descrição da Meta	Reducir, até 2026, a taxa de congestionamento do TJCE, para 56,80%.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	69,93%	68,73%	65,23%	62,63%	59,80%	56,80%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 06: Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Descrição do indicador	Mede o tempo médio entre a distribuição do processo de conhecimento e a data-base de cálculo, desconsiderando os suspensos, sobretestados e em arquivo provisório bem como os períodos em que os processos permaneceram em tais situações.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	De acordo com metodologia do indicador de “Tempo médio dos processos pendentes líquidos” do CNJ e parametrização do Datajud					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	1092 (2023)					
Descrição da Meta	Reducir o tempo médio de julgamento das ações de conhecimento para 800 dias em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	900	850	800
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					



Indicador 07: Índice de cumprimento das Metas Nacionais						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$[\text{Somatório} (\text{número de metas cumpridas} \times \text{respectivo peso}) / \text{somatório dos pesos}] \times 100$ Sendo: Meta 1 e Meta 2 = peso 2 Demais metas = peso 1					
Responsável pelos dado	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	50,0% (2022)					
Descrição da Meta	Alcançar 95,0% de cumprimento das metas do CNJ até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	65,0%	95,0%	95,0%	95,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 08: Índice de desempenho no prêmio CNJ Qualidade						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Descrição do indicador	Mede o desempenho geral do TJCE no Prêmio CNJ de Qualidade (PCNJQ), considerando todos os eixos de avaliação.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	$(\text{Total de pontos obtidos em todos os eixos do PCNJQ} / \text{Total de pontos possíveis em todos os eixos do PCNJQ}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	59,4% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 75,0% de desempenho geral no Prêmio CNJ Qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	60,0%	65,0%	75,0%	75,0%	75,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 09: Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede a satisfação do público externo com a comunicação ativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “comunicação com a sociedade” das pesquisas respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	61,6% (2022)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à comunicação institucional do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	63,0%	72,0%	73,0%	74,0%
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 10: Índice de satisfação com o atendimento						
Objetivo Estratégico	Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo.					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “atendimento” das pesquisas respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	66,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 84,0% de satisfação da sociedade com relação ao atendimento prestado pelo TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	68,0%	70,0%	82,0%	83,0%	84,0%
Gestor das Metas	Diretoria Estadual de Atendimento					

Indicador 11: Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116-Execução Fiscal						
Objetivo Estratégico	Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes.					
Descrição do indicador	Mede o tempo médio dos processos pendentes de julgamento (com base na data da primeira distribuição).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Número de dias entre a primeira distribuição e a data de referência / total de processos pendentes de julgamento					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	1.571 (2022)					
Descrição da Meta	Reducir, até 2026, o tempo médio de processos pendentes de julgamento para 1.280 dias					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

	-	-	-5% 1.492 dias	-5% 1.418 dias	-5% 1.347 dias	-5% 1.280 dias
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 12: Índice de participação dos juizados especiais na demanda do Poder Judiciário

Objetivo Estratégico	Fortalecer o sistema de juizados especiais.					
Descrição do indicador	Mede o grau de participação dos processos de conhecimento cível de competência de juizado especial na demanda do Poder Judiciário no 1º grau.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{CnCNCrimJE} / (\text{CnCNCrimJE} + \text{CnCNCrim1º})) \times 100$ Onde: CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais CnCNCrimJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não Criminais					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	31,6% (2022)					
Descrição da Meta	Aumentar para 35,0% a participação do sistema de juizado na demanda do TJCE, até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	32,0%	33,0%	34,0%	35,0%
Gestor das Metas	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará					

Indicador 13: Tempo médio de tramitação da ação penal

Objetivo Estratégico	Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal					
Descrição do indicador	Mede Tempo médio dos processos pendentes líquidos, considerando o número de dias decorridos entre o início da ação penal (classes 282, 283, 1033, 1317, 10943, 10944, 11037, 11528) e a data-base de cálculo (último dia do mês de medição).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Soma dos dias entre a distribuição e a data base das Ações Penais Pendentes de Baixa / Total de Ações Penais Pendentes de Baixa					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	1.707 (2023)					
Descrição da Meta	Reducir o tempo médio das ações penais pendentes de baixa para 1.100 dias em 2026.					



Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	1.500	1.300	1.100
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 14: Índice de conformidade da estrutura física e mobiliários						
Objetivo Estratégico	Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de aderência aos padrões técnicos obrigatórios e de usabilidade de infraestrutura física e de mobiliários.					
Frequência de medição	Trimestral					
Como medir	[(Índice de conformidade da estrutura física x 3 + Índice de conformidade dos mobiliários x 1)/4] x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
Linha de base	57,9% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 85% de aderência de padrões técnicos de usabilidade de infraestrutura física e mobiliários.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	65%	70%	75%	80%	85%
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

Indicador 15: Índice de recursos aplicados em investimentos						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de recursos próprios do Fermoju, do Funseg e de recursos oriundos de fontes do Tesouro Estadual (exceto aqueles pagos em folha) bem como os decorrentes de operação de crédito, aplicados em investimentos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[Total de recursos aplicados (despesas empenhadas) em investimentos / Total de recursos obtidos (LEI+ CRÉDITOS referentes ao custeio de manutenção + investimentos)] x 100 Obs: Com Recursos do Promojud + Investimentos aprovados com saldo do Fermoju					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Finanças					
Linha de base	12,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 23,0% de recursos obtidos no Fermoju, Funseg e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) aplicados em investimentos.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	15%	17%	19%	21%	23%



Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão
------------------	-------------------------------------

Indicador 16: Índice de incremento da arrecadação corrente						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.					
Descrição do indicador	Mede o grau de incremento das receitas correntes oriundas do Fermoju, Funseg e Fecdoj em relação à arrecadação do ano anterior.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$[(\text{Receita corrente arrecadada ano corrente} / \text{Receita corrente arrecadada ano anterior}) - 1] \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 172.538.120,05 (2021) R\$ 136.468.452,21 (2020) 26,4% (incremento de 2021 em relação a 2020)					
Descrição da Meta	Alcançar até 2026, 20,0% de incremento na arrecadação corrente anual em relação ao ano anterior.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0% R\$ 258.80 7.180,08	10% R\$ 284.68 7.898,08	10,0% R\$ 313.15 6.687,89	10,0% R\$ 344.472,3 56,6	20,0% R\$ 413.366.82 8,0
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					

Indicador 17: Índice de governança do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no prêmio CNJ de Qualidade no eixo de governança					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	$(\text{Total de pontos concedidos} / \text{Total de pontos possíveis}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	75,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 95,0% de pontos possíveis no eixo de governança no prêmio CNJ de qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	77,0%	82,0%	90,0%	90,0%	95,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					



Indicador 18: Índice de satisfação com a comunicação interna						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Descrição do indicador	Avalia o nível de satisfação do público interno com a comunicação institucional.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos (avaliações positivas “ótimo” ou “bom”) das pesquisas de satisfação com a comunicação interna respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	75,9% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 81,0% de satisfação com a comunicação interna.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	76,0%	77,0%	79,0%	80,0%	81,0%
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 19: Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário						
Objetivo Estratégico	Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital					
Descrição do indicador	Mede o percentual de progresso financeiro dos produtos contemplados no Programa de Modernização do Poder Judiciário (Promojud).					
Frequência de medição	Semestral					
Como medir	(Orçamento executado no período / orçamento total do Promojud) x 100					
Responsável pelos dados	Unidade de Gerenciamento do Promojud					
Linha de base	N/D					
Descrição da Meta	Executar 100,0% do Promojud até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	21%	36,0% (execução de 15,0% do orçamento no ano)	69,0% (execução de 33,0% do orçamento no ano)	88,0% (execução de 19,0% do orçamento no ano)	100,0% (execução de 12,0% do orçamento no ano)
Gestor das Metas	Unidade de Gerenciamento do Promojud					

Indicador 20: Índice de conformidade com as políticas de segurança de TIC						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação					
Descrição do indicador	Mede o nível de atendimento aos requisitos de segurança de tecnologia da informação e comunicação (TIC) presentes nos normativos correlatos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(Valor de atendimento da N1 + Valor de atendimento da N2 + ... + Valor de					



	atendimento da Nn)/(Somatório do valor máximo de cada norma) *100 N = normativo de segurança da informação					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	48,5% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 90,0% de nível de conformidade com as políticas de segurança de TIC.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 21: iGov-TIC-JUD						
Objetivo Estratégico	Índice de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD)					
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no iGov-TIC-JUD que avalia o nível de maturidade e competência em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 370/2021)					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Resultado do TJCE no questionário iGov-TICJUD, divulgado anualmente pelo CNJ					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	92,01% (2023)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 96,0% no iGov-TIC-JUD.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	94,0%	95,0%	96,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 22: Índice de aprimoramento de magistrados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de magistrados capacitados, em mínimo, 20h de formação em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{nº de magistrados que tiveram no mínimo 20h de capacitações credenciadas pela ENFAM} / \text{nº total de magistrados}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	37,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 46,0% de magistrados capacitados no ano em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados					



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

	(Enfam) com, no mínimo, 20h de formação.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	38,0%	43,0%	44,0%	45,0%	46,0%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

Indicador 23: Percentual de servidores capacitados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Frequência de medição	Bimestral					
Como medir	(Número de servidores capacitados no período / total de servidores) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	16,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 40,0% de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	20,0%	25,0%	30,0%	35,0%	40,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 24: Índice de clima organizacional						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional para desenvolvimento dos trabalhos, em pesquisa institucional aplicada.					
Frequência de medição	Bianual					
Como medir	(Número de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada / número total de servidores pesquisados) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	78,7% (2020)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 87,0% de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada, dentre servidores pesquisados					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	81,0%	-	84,0%	-	87,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

*Indicadores publicados na Portaria nº 846, de 29 de maio de 2024.

VI - Resultados do Plano Estratégico 2021–2030 (referência dezembro/2024):



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

Nº	Indicador	Meta 2024	Resultado 2024	Evolução
1	Posicionamento do Tribunal de Justiça do estado do Ceará entre os tribunais do país	2	2	🏆
2	Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE	72,0%	74,4%	🏆
3	Efetividade da Gestão do TJCE	R\$3.160,89	R\$2.642,00	🏆
4	Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais	30%	57,1%	🏆
5	Taxa de congestionamento	62,6%	61,2%	🏆
6	Tempo médio de pendentes líquidos duração dos processos	900 dias	718 dias	🏆
7	Índice de cumprimento das Metas Nacionais	95%	54,6%	❗
8	Índice de desempenho no Prêmio CNJ Qualidade	75%	70,3%	✓
9	Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário	72%	71,1%	✓
10	Índice de satisfação com atendimento	82%	87,6%	🏆
11	Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116-Execução Fiscal	1.418 dias	1.837 dias	🟡
12	Índice de participação dos juizados especiais nas demandas do Poder Judiciário	33%	31,6%	✓
13	Tempo médio de tramitação da ação penal	1.500 dias	1.548 dias	✓
14	Índice de conformidade da estrutura mobiliários física e	75%	66,6 %	🟡
15	Índice de recursos aplicados em investimentos	19%	29,1%	🏆
16	Índice de incremento da arrecadação corrente	10%	2,6 %	❗
17	Índice de governança do Judiciário	90%	87,90%	✓
18	Índice de satisfação com a comunicação interna	79%	77,6%	✓
19	Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário	69%	64,2%	✓
20	Índice de conformidade com as políticas de TIC	70%	76,7 %	🏆
21	iGov-TIC-JUD	94%	90,5%	✓
22	Índice de aprimoramento de magistrados	44%	50,3%	🏆
23	Percentual de servidores capacitados	30%	34,3%	🏆
24	Índice de clima organizacional	84%	81,8%	✓



Meta com cumprimento igual ou maior que 100%



Meta com cumprimento de 90,01% até 99,99%



Meta com cumprimento de 70,01% até 90%



Meta com cumprimento de 0% até 70%

Total: 24 indicadores e 11 Metas cumpridas, com resultado igual ou maior a 100%.

VII – Avaliação e Medição de Projetos

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Governança Institucional (SEGOV), o qual foi criado por meio do art. 6º da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20 de dezembro de 2011.

Institucionalmente, os profissionais que se envolvem diretamente no gerenciamento de projetos são:

- Em projetos do Programa de Modernização do Judiciário Estadual (Promojud): Patrocinador(a)-Geral, Patrocinador(a) de Componente, Cogestor(a), Coordenador(a) de Monitoramento, Assessor(a) de Projetos e Líder Técnico(a);
- Nos demais projetos do portfólio: Gerente de Projetos e Patrocinador(a).

No âmbito do Promojud, a Resolução do Órgão Especial nº 09/2021 versa sobre seu sistema de governança e estabelece as principais atribuições dos atores envolvidos diretamente na execução do programa, parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que destina US\$ 35 milhões para promover uma mudança profunda e estrutural na Justiça do Ceará, com foco na transformação digital.

Para os demais projetos do portfólio, o gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o(a) patrocinador(a) é aquele(a) que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do(a) gerente de projetos.

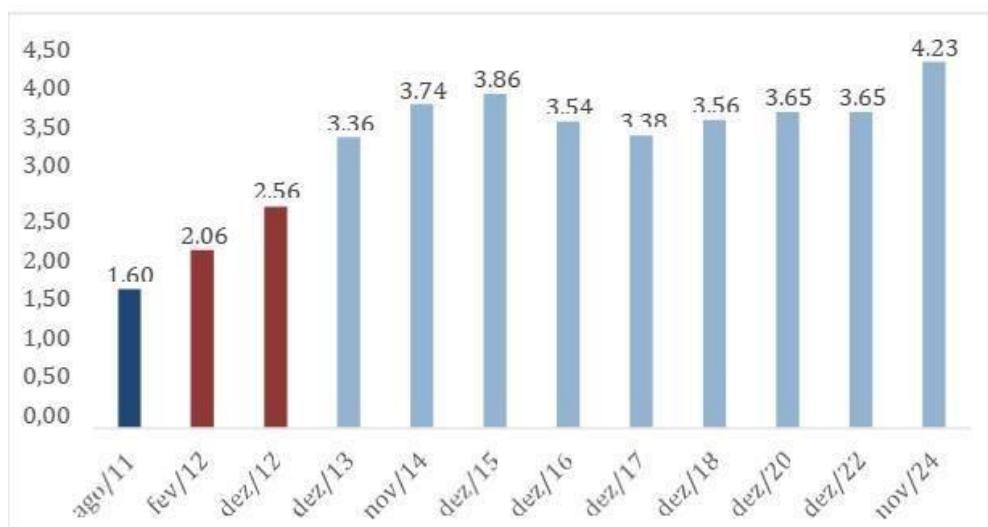
Já as atribuições do Escritório Corporativo de Projetos, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os agentes de projetos na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

Para avaliar e medir a sua maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais, o TJCE adota o modelo Prado-MMGP. O resultado geral da avaliação de maturidade no ano de 2024 foi 4,23 (Gráfico 1), estando enquadrada no nível 4 do MMGP. Esse nível pressupõe um cenário em que se está praticando de forma eficiente e eficaz o modelo implementado no nível 3 (com estrutura organizacional adequada, uso de metodologia padrão, informatização e alinhamento da estratégia institucional com os projetos estratégicos). A análise da maturidade é feita pelo Escritório Corporativo de Projetos a cada dois anos e a próxima será realizada no final de 2026.

Gráfico 1 - Evolução da maturidade em gerenciamento de projetos (níveis 1 a 5)



Fonte: Secretaria de Governança Institucional

O quadro a seguir apresenta o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da Gestão 2023-2025 relacionados ao Plano Estratégico 2021-2030 do Poder Judiciário do Estado do Ceará. O portfólio de projetos da Gestão é composto por 21 projetos estratégicos e em dezembro de 2024 todos estavam em execução.

Quadro 1 - Projetos Estratégicos da Gestão 2023-2025 em execução em dezembro de 2024.

Unidade	Projeto	Entregas/status	Previsão de término/Planejamento
Secretaria de Administração e Infraestrutura	Plano de Obras	1. Reforma da ESMEC 2. Reforma do Fórum de Beberibe 3. Remanescente da reforma do Fórum de Crato 4. Reforma do Fórum de Araripe 5. Reforma do Fórum de Marco 6. Reforma do Fórum de Jaguaribe	07/06/2030 Planejamento Completo



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

	<p>7. Reforma do Fórum de Quixadá</p> <p>8. Reforma do Fórum de Ipueiras</p> <p>9. Reforma do Fórum de Jaguaruana</p> <p>10. Reforma de 04 salões do Júri - FCB</p> <p>11. Projeto de acessibilidade vertical FCB</p> <p>12. Reforma do Fórum de Acopiara</p> <p>13. Reforma do Fórum de São Benedito</p> <p>14. Projeto de arquitetura e instalações para requalificação do FCB</p> <p>15. Construção do novo do Fórum de Icó</p> <p>16. Construção do novo do Fórum de Quixeramobim</p> <p>17. Construção do novo do Fórum de Cascavel</p> <p>18. Construção do novo do Fórum de Aracati</p> <p>19. Reforma do Fórum de Jucás</p> <p>20. Construção do novo Fórum de Nova Olinda</p> <p>21. Reforma do Fórum de Jardim</p> <p>22. Construção do novo Fórum de Milagres</p> <p>23. Reforma do Fórum de Juazeiro do Norte</p> <p>24. Reforma do Fórum de Caucaia</p> <p>25. Reforma do Fórum de Tianguá</p> <p>26. Reforma do Fórum de Eusebio</p> <p>27. Reforma do Fórum de Maranguape</p> <p>28. Construção do novo Fórum de Guaraciaba do Norte</p> <p>29. Reforma do Fórum de Iguatu</p> <p>30. Reforma do Fórum de Barbalha</p> <p>31. Reforma do Fórum de Campos Sales</p> <p>32. Construção do novo Fórum de Independência</p> <p>33. Construção do novo Fórum de Redenção</p> <p>34. Reforma do Fórum de Tabuleiro do Norte</p> <p>35. Reforma do Fórum de Ipu</p> <p>36. Reforma do Fórum de Pereiro</p> <p>37. Reforma do Fórum de Itaitinga</p> <p>38. Construção do novo Fórum de Maracanaú</p> <p>39. Reforma do Fórum de Massapê</p> <p>40. Reforma do Fórum de Jijoca de Jericoacoara</p> <p>41. Contratação por tipologia</p> <p>42. Sistema de áudio e vídeo (SAV)</p>	
--	--	--



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

Presidência	Inteligência artificial na prestação jurisdicional	<ol style="list-style-type: none">Realização de evento para conhecer ferramentas de IA a nível nacional e levantamento de soluçõesContratação Consultor IndividualIntegração ao CODEX e PDPJPiloto Precedentes: Identificação de temas e vinculação aos processos judiciaisPiloto Classificação de acervo por matériaPiloto Predição de risco de revitimização em violência domésticaPreparação de Plano de ManutençãoDesenvolvimento de sistema para utilização das entregas de IAExpansão do Berna para os Juizados Especiais, para Gabinete de Desembargador e Cível ResidualExpansão Modelo Precedentes para o 1º GrauDesenvolvimento de Módulo no Proteção na Medida para acompanhamento do Modelo (se os casos apontados como revitimização se concretizaram ou não)Realização de estudos técnicos e testes para a identificação de novos modelos de IAPiloto Transcrição de Audiências - TALIAPiloto Agrupamento de Atos Judiciais - MIDASPiloto Prescrição Intercorrente (Execuções Fiscais e Comuns)Piloto Prevenção e Conexão	17/03/2025	Planejamento Por fase
Presidência	Implantação de solução tecnológica para gestão de recursos sob custódia	<ol style="list-style-type: none">Levantamento e Mapeamento dos fluxos de trabalhoDiagnóstico e Levantamento das Necessidades de NegócioImplantação da nova versão do SAPREMigração dos processos do SAJSG para PJe (Precatórios)Absorção do sistema BANKJUSDemandas SAPRE (Adequações e Melhorias: Bloco 1)Levantamento e mapeamento das integrações SAPREBANKJUS-PJELista Ordenada para Pagamento de Precatórios - Acesso externoAdequações e melhorias no Sistema de	19/02/2025	Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

		Administração de Precatórios (SAPRE) 10. Integração SAPRE-PJE 11. Integração SAPRE-BANKJUS 12. Integração BANKJUS – PJE 13. Integração BANKJUS – CAIXA	
Corregedoria Geral da Justiça	Aperfeiçoamento da gestão da arrecadação	1. Identificação e modelagem dos processos das custas judiciais 2. Diagnóstico dos procedimentos realizados na gestão da arrecadação 3. Aprimoramento das Normas de Gestão e Controle da Arrecadação e Fiscalização 4. Painel de controle dos créditos do TJCE encaminhados à PGE para cobrança 5. Sistema de Custas Iniciais, Intermediárias e Finais integrado ao PJe 6. Capacitação dos magistrados e servidores para a realização de inspeção extrajudicial ordinária anual 7. Implantação do Painel de Monitoramento dos Cartórios 8. Estudo da expansão do selo digital dos atos de balcão 9. Implantação da solução tecnológica para Selo 14 - DUT Eletrônico 10. Sistema de Gestão da Arrecadação (SGA) - 2ª Etapa 11. Implantação da solução tecnológica para Selo 02 - Reconhecimento de Firma 12. Implantação da solução tecnológica para Selo 03 – Autenticação	10/03/2025 Planejamento Por fase
Presidência	Robotização, aprimoramento e automação de processos de trabalho	1. Contratação de consultoria individual - Desenvolvimento de Robôs (RPA/IPA) 2. Contratação de Serviços de Consultoria em BPM 3. Modelagem de fluxos - Processo de Modelagem e Desenvolvimento de Robôs 4. Desenvolvimento de Robôs 5. Contratação de Ferramenta RPA 6. Contratação de Consultor Individual para o desenvolvimento de robôs 7. Desenvolvimento de robôs para o Evento Convergência	14/03/2025 Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

Secretaria de Planejamento e Gestão	Implantação da LGPD	<ol style="list-style-type: none">1. Estrutura de governança para implantação da LGPD2. Diagnóstico preliminar para implantação da LGPD & Implantação de Itens Prioritários3. Contratação da Consultoria especializada em implantação da LGPD e aquisição de soluções tecnológicas para Governança da Privacidade e Proteção de Dados4. Plano de Trabalho de Implantação da LGPD5. Plano de capacitação e conscientização6. Monitoramento7. Contratação de empresa de sustentação da LGPD	14/03/2025 Planejamento Completo
Secretaria-Geral Administrativa	Institucionalização e fortalecimento da cultura de inovação	<ol style="list-style-type: none">1. Criação do Comitê de Gestão da Inovação2. Estruturação de laboratório de inovação3. Contratação e acompanhamento da execução do contrato de consultoria em Design Thinking4. Contratação consultores individuais Designer gráfico (2 vagas)5. Contratação de consultores individuais Letras (2 vagas)6. Formalização da parceria com Laboratório Íris7. Plano de Capacitação em inovação do TJCE8. Implantação de ferramentas9. Promoção de ações para fortalecer a cultura de inovação10. Realização de oficinas de design thinking para projetos inovadores11. Hackathon de inovação12. Simplificação de 32 documentos (Núcleo 4.0; SEJUD 1º grau e SEJUD 2º grau)	11/02/2025 Planejamento por fase
Secretaria de Tecnologia da Informação	Modernização da infraestrutura tecnológica	<ol style="list-style-type: none">1. Levantamento e contratação das soluções prioritárias: - Webcam e caixas de Som - Solução de armazenamento de dados - Solução backup (Fitas) - Manutenção de servidores - Solução tecnológica de virtualização de servidores (Lotes 1 e 2) - Ampliação da solução de hiperconvergência - Solução tecnológica de backup - Serviços integrados para solução de colaboração - Computadores de alto desempenho (workstations) - Switches SAN - Notebooks - Computadores - Suporte técnico para os平衡eadores de carga -	26/02/2025 Planejamento Completo



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

		<p>Data Center - Switches de acesso - Licenças do Power BI Premium - Aquisição de computadores 2023 - Aquisição de notebooks 2023 - Conectividade de Núcleo (Switches) - Ferramenta de monitoramento PJe - Firewall pequeno - Links de contingência - Processamento de servidores para PJe - Processamento de servidores BD - Nuvem Microsoft - Serviço em Nuvem (CloudBroker) - Servidores de Hiperconvergência - Solução de Armazenamento (Storage) - IA Generativa - Serviços de Tecnologia para o Sistema PJe</p> <p>2. Contratação de empresa para desenvolvimento de aplicações</p>	
Secretaria de Tecnologia da Informação	Aprimoramento das políticas e ferramentas de segurança da informação	<ol style="list-style-type: none">1. Revisão das políticas de segurança da informação2. Revisão dos processos de trabalho de segurança da informação3. Levantamento das tecnologias disponíveis que podem ser aprimoradas4. Aquisição de Auditoria AD5. Aquisição de Firewall de Grande Porte6. Centro de Operações de Segurança (SOC)7. Aquisição de Antivírus8. Capacitação em Segurança da Informação9. Implementação de Itens dos Manuais/CNJ (Res. 396/2021 e Portaria 162/2021)	25/02/2025 Planejamento Completo
Secretaria de Tecnologia da Informação	Arquitetura corporativa de sistemas e infraestrutura de TI	<ol style="list-style-type: none">1. Contratação de consultoria para auxiliar na identificação da arquitetura tecnológica necessária2. Diagnóstico da arquitetura corporativa3. Identificação de tecnologias para aprimoramento da prestação jurisdicional4. Contratação de consultor individual para avaliação de propostas e controle de qualidade do projeto	05/03/2025 Planejamento Por fase
Secretaria de Gestão de Pessoas e Escola Superior da Magistratura	Programa de desenvolvimento de pessoas	<ol style="list-style-type: none">1. Infraestrutura para gravação de aulas na Esmec2. Plano de capacitação dos servidores 2023 e 20243. Revisão do mapeamento de competências e desenvolvimento de trilhas de capacitação dos servidores relativas à transformação digital4. Elaboração do mapeamento de competências e trilha de capacitação para magistrados5. Contratação de MBA em Gestão Pública e Poder	11/03/2025 Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

		Judiciário 6. Sistema de gestão acadêmica da Esmec 7. Contratação MBA em Gestão Pública, Inovação e Poder Judiciário 2ª turma	
Secretaria de Gestão de Pessoas	Gestão de Mudanças	1. Contratação de empresa para capacitação das equipes dos projetos em Gestão de Mudanças 2. Capacitação da equipe dos projetos em Gestão de Mudanças 3. Plano Integrado de Gestão de Mudanças 4. Contratação de consultor individual Endomarketing 5. Vida em equilíbrio 6. Implantação da plataforma de saúde mental 7. Pesquisa de clima organizacional 8. Reestruturação da pesquisa 2025 9. Justiça pela mulher da Justiça	19/02/2025 Planejamento Por fase
Consultoria Jurídica	Solução tecnológica para busca integrada de jurisprudências	1. Diagnóstico da situação atual e das necessidades dos usuários 2. Análise das interseções entre os projetos Busca Integrada e Melhoria da Gestão Documental 3. Realização de estudos nas ferramentas de referência (Codex e Elasticsearch) 4. Definição do escopo da ferramenta em consonância às orientações do CNJ 5. Consulta de Jurisprudências TJCE - 2º Grau e Turma Recursal – Módulos de Consulta Simples e Avançada 6. Integração de dados SAJ x SJURIS 7. Aperfeiçoamento da Ferramenta de Cadastro e Pesquisa de Atos Normativos 8. Implementação da Busca por Decisões Monocráticas e Súmulas no SJURIS 9. Melhorias SJURIS	12/03/2025 Planejamento Por fase
Secretaria-Geral Administrativa	Soluções tecnológicas e humanização do atendimento	1. Contratação de Consultoria para definição de modelos e planos para o Atendimento Humanizado 2. Definição e Implantação de novo Modelo Humanizado e Inclusivo de Atendimento 3. Qualificação do atendimento 4. Criação de Balcão Virtual 5. Implantação da CAJ MULHER 6. Realização de eventos de sensibilização sobre o	17/03/2025 Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

		<p>tema Humanização do Atendimento</p> <p>7. Implantação do balcão virtual no Teams</p> <p>8. Implantação do canal de atendimento dos magistrados</p> <p>9. TJCE Mobile</p> <p>10. Implantação da Central de Atendimento Interna Administrativa - CIAT</p> <p>11. Expansão das Centrais de Atendimento Judiciais - CAJs</p> <p>12. Contratação de palestrante para o evento Horizontes Humanos</p> <p>13. Implantação de Pontos de Inclusão Digital – PIDs</p>	
Secretaria-Geral Judiciária	Fortalecimento das soluções consensuais de conflito	<p>1. Diagnóstico da situação pré-processual e processual</p> <p>2. Plano de Capacitação para ampliação do número de mediadores e conciliadores</p> <p>3. Formação complementar para servidores, magistrados, advogados demais conveniados</p> <p>4. Plano de Comunicação com mediadores e conciliadores</p> <p>5. Aprimoramento dos pagamentos (Conciliadores/ Mediadores e Facilitadores)</p> <p>6. Contratação de Empresa para o desenvolvimento de Ferramenta de conciliação virtual – ODR 7.</p> <p>Desenvolvimento de Ferramenta de conciliação virtual – ODR 8.</p> <p>Revisão da estrutura física para melhor prestação de serviços</p> <p>9. Realização de estudo sobre a Reestruturação Administrativa do CEJUSC de Fortaleza</p>	06/03/2025 Planejamento Por fase
Presidência	Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas	<p>1. Política de incentivo de oportunização para as mulheres implantada</p> <p>2. Implementação do repositório de mulheres juristas</p> <p>3. Aprimoramento do repositório de mulheres juristas</p> <p>4. Implementação de rede colaborativa para auxiliar na disseminação do programa</p> <p>5. Implementação de repositório de mulheres gestoras</p> <p>6. Execução de plano de melhorias para</p>	05/03/2025 Planejamento Por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

		fortalecimento de lideranças femininas 7. Criação de espaço online destinado à exposição de conteúdo relacionado ao programa 8. Contratação de consultoria especializada em implantação de programas de lideranças femininas 9. Realização dos serviços contratados junto à consultoria especializada 10. Plano de implantação das ações apontadas pela consultoria 11. Contratação de consultora individual especializada em promoção da equidade de gênero	
Presidência	Fortalecimento do enfrentamento à violência doméstica	1. Criação do Núcleo de combate à violência doméstica - piloto Maracanaú (NUCEVID) 2. Criação do protocolo de atendimento à vítima de violência 3. Painéis de monitoramento dos indicadores relacionados à violência doméstica 4. Institucionalização do Projeto "Proteção na Medida" no TJCE 5. Integração com órgãos externos - Sistema de Gestão e Informações de Mulheres (SIGIM) – Vice Governadoria 6. Criação de plataforma de apoio à mulher (rede de apoio e garantia de direitos) 7. Justiça pela Mulher da Justiça	07/05/2025 Planejamento Por fase
Secretaria-Geral Administrativa	Otimização e modernização da Área Administrativa	1. Aprimoramento da Gestão Orçamentária 2. Aprimoramento da Gestão Administrativa 3. Implantação da Gestão Patrimonial 4. Aprimoramento das contratações 5. Implantação e evolução do ADMRH 6. Implantação da gestão de custos 7. Levantamento de necessidades e regras de negócio 8. Implantação de soluções tecnológicas integradas para gestão administrativa 9. Automação/Robotização dos processos administrativos 10. Implantação do SEI	13/02/2025 Planejamento Por fase
Presidência	Aprimoramento do PJe - 4ª fase	1. Evolução do Migrador – IP3; Configurações de Distribuição 1º grau Configurações de Distribuição 2º grau	13/03/2025 Planejamento Por



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

		<p>2. Fluxos de Tramitação - 1º e 2º grau</p> <p>Blocos 1: Cível Especializada - Execução de Título Extrajudicial</p> <p>Blocos 1: Cível Especializada - Revisional / Busca e Apreensão</p> <p>Blocos 1: Registros Públicos</p> <p>Bloco 2: Cível Comum</p> <p>Bloco 3: Família / Sucessões</p> <p>Bloco 4: Empresarial Rec Judicial</p> <p>Bloco 5: Infância e Juventude</p> <p>3. Fluxos Complementares</p> <p>Implantação Fluxos Pré Precessual - Cejusc 1º grau</p> <p>Implantação Fluxos Processuais - Cejusc 1º grau (Débito técnico 3ª Fase)</p> <p>Implantação Prevenção Externa 1º grau (Débito técnico 3ª Fase)</p> <p>Implantação Prevenção Externa 2º grau (Débito técnico 3ª Fase)</p> <p>Implantação Fluxos Plantão 1º grau</p> <p>Implantação Fluxos Plantão 2º grau</p> <p>4. Soluções – PDPJ</p> <p>BNMP - Banco Nacional de Monitoramento de Prisões</p> <p>5. Outras Soluções</p> <p>Integração das custas finais com sistema de gestão de custas (SGA)</p> <p>Integrações PJE x Bankjus</p> <p>6. Implantações e Migrações</p> <p>Blocos 1: Cível Especializada - Execução de Título Extrajudicial / Revisional / Busca e Apreensão / Registros Públicos</p> <p>Bloco 2: Cível Comum</p> <p>Bloco 3: Família / Sucessões</p> <p>Bloco 4: Empresarial Rec Judicial</p> <p>Bloco 5: Infância/ Juventude</p> <p>7. Atualização Nova Versão PJe 2.7.1.0</p> <p>Planejamento Atualização</p> <p>Desenvolvimento e Homologação</p> <p>Implantação em Produção</p>	fase
Presidência	Prêmio CNJ de Qualidade	1. Eixo Governança 2024 2. Eixo transparência	19/12/2024 Planejamento



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

		3. Eixo Dados e TI 4. Eixo Produtividade 5. Eixo Produtividade 6. Eixo Dados	Completo
Presidência	Cientista-Chefe	1. Sumarizador de Processos - SARA 2. Classificador de Assuntos 3. Classificador de Petição Inicial 4. Busca Ativa por Jurisprudência 5. Classificador de Documentos 6. Grafo de Legislação	10/03/2025 Planejamento Por Fase



INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

METAS NACIONAIS 2024

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Segmento	Novos	Julgados	Cumprimento
1º grau	342.494	356.621	104,12%
2º grau	88.489	89.486	101,13%
Juizado Especial	74.114	80.950	109,22%
Turma Recursal	24.414	27.045	110,78%
TJCE	529.511	554.102	104,64%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2024, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais.



Segmento	Cumprimento	Cumprimento antigos
1º grau	105,08%	44,44%
2º grau	107,27%	72,15%
Juizado Especial	109,22%	60,00%
Turma Recursal	110,12%	100%

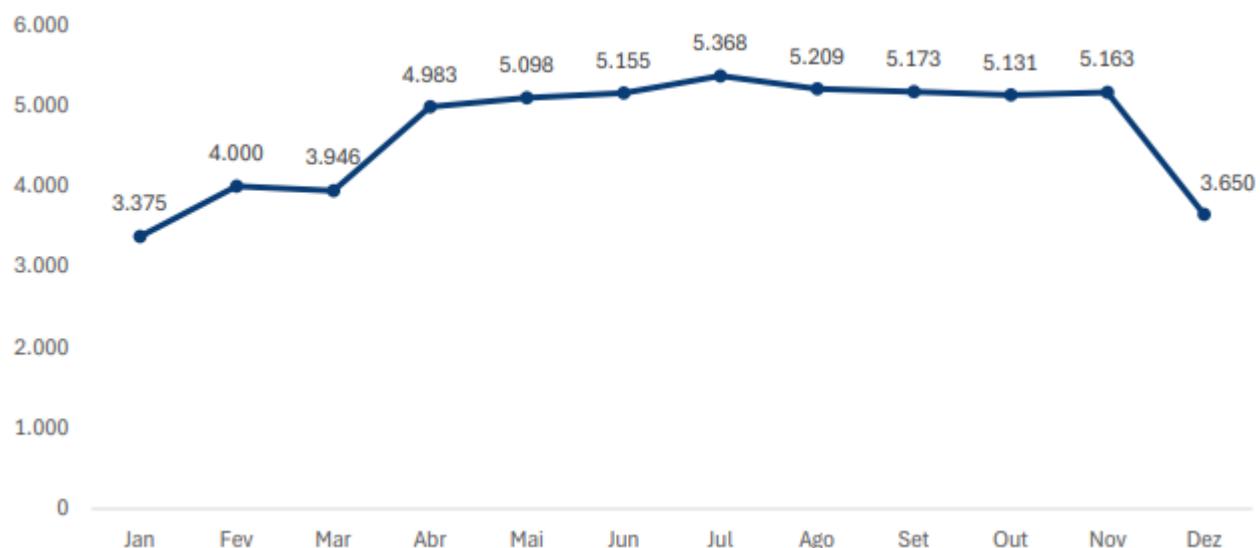
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 3 – Estimular a conciliação

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2023. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação

Tribunal	Conciliações realizadas	Índice de conciliação	Cumprimento
TJCE	56.251	16,78%	92,16%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais



Identificar e julgar até 31/12/2024 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2020, em especial as relativas a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Tribunal	Cumprimento
TJCE	127,55%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais

Reducir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2023. Cláusula de barreira: 56%.

$$\text{Percentual de cumprimento} = \left(\frac{\text{TCLC}2023 - 0,005}{\text{TCLC}2024} \right) * 100$$

TCLC – Taxa de congestionamento líquida de conhecimento

Tribunal	TCLC 2023	TCLC 2024	Cumprimento
TJCE	0,6165 (61,65%)	0,6001 (60,01%)	101,90%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Identificar e julgar, até 31/12/2024, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até



31/12/2022 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2022.

Meta 8	Cumprimento
Violência doméstica	89,32%
Feminicídio	92,23%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

*(AI+E-S) = AI: Acervo Inicial, E: Entrados totais e S: Saídos totais

Meta 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário

Implantar, no ano de 2024, dois projetos oriundos do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030;

Tribunal	Cumprimento
TJCE	100,00%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 10 – Impulsionar os processos de ações ambientais

Identificar e julgar, até 31/12/2024, 35% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2023.

Tribunal	Cumprimento
TJCE	144,82%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Meta 11 – Infância e Juventude

Identificar e julgar, até 31/12/2024, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2022 nas respectivas instâncias.

Segmento	Cumprimento
1º grau	86,41%
2º grau	97,04%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual. Observe-se que a última edição do Justiça em Números foi lançada em meados de 2024, com dados referentes ao ano de 2023.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, natureza (se processo de conhecimento ou execução) e recorribilidade. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ). Os valores referentes a 2023 foram retirados do Painel de Estatística do Justiça em Números do CNJ disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará.

Tabela 8 – Justiça em Números 2024 (ano-base 2023): Casos em Geral.

CASOS EM GERAL		
2º GRAU	2023 (JN)	



Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais	7.826
Casos Novos Originários no 2º Grau Não-Criminais	1.761
Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais	9.986
Casos Novos Recursais no 2º Grau Não-Criminais	49.630
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	10.333
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	63.549
Recursos Internos no 2º Grau	107
Recursos Internos Julgados no 2º Grau	110
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	43
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	18.167
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	52.256
Decisões Terminativas de Processos Criminais no 2º Grau	20.921
Decisões Terminativas de Processos Não-Criminais no 2º Grau	66.410
1º GRAU – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	66.140
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	236.357
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	195.679
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	412.250
Total de Processos Baixados de Conhecimento no 1º Grau Criminais	85.732
Total de Processos Baixados de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	240.470
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	84.753
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	260.499
Recursos Internos no 1º Grau	172
1º GRAU – EXECUÇÃO	
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial, com execuções fiscais	31.495
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	11.020
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	6.202
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	8.847
Casos Novos de Execução Judicial, exceto execuções penais	19.882
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial, com execuções fiscais	50.845
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	63.784
Casos Pendentes de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	15.228
Casos Pendentes de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	48.710
Casos Pendentes de Execução Judicial, exceto execuções penais	47.528



Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial, com execuções fiscais	43.509
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	11.067
Total de Processos Baixados de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	2.983
Total de Processos Baixados de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	6.861
Total de Processos Baixados de Execução Judicial, exceto execuções penais	23.808
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial, com execuções fiscais	44.058
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial, exceto em execuções fiscais	11.228
Sentenças em Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	2.253
Sentenças em Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	5.396
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execuções penais	30.672
TURMA RECURSAL	
Casos Novos Originários nas Turmas Recursais Criminais	40
Casos Novos Originários nas Turmas Recursais Não-criminais	298
Casos Novos Recursais nas Turmas Recursais Criminais	225
Casos Novos Recursais nas Turmas Recursais Não-criminais	20.579
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	220
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	24.849
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	206
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	21.028
Decisões Terminativas de Processos Criminais nas Turmas Recursais	229
Decisões Terminativas de Processos Não-Criminais nas Turmas Recursais	24.313
Recursos Internos nas Turmas Recursais	115
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	81
Recursos Internos Julgados nas Turmas Recursais	96
JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO	
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	6.415
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	61.238
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	11.914
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	47.485
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	8.878
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	66.085
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	10.806
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	62.402
Recursos Internos nos Juizados Especiais	229



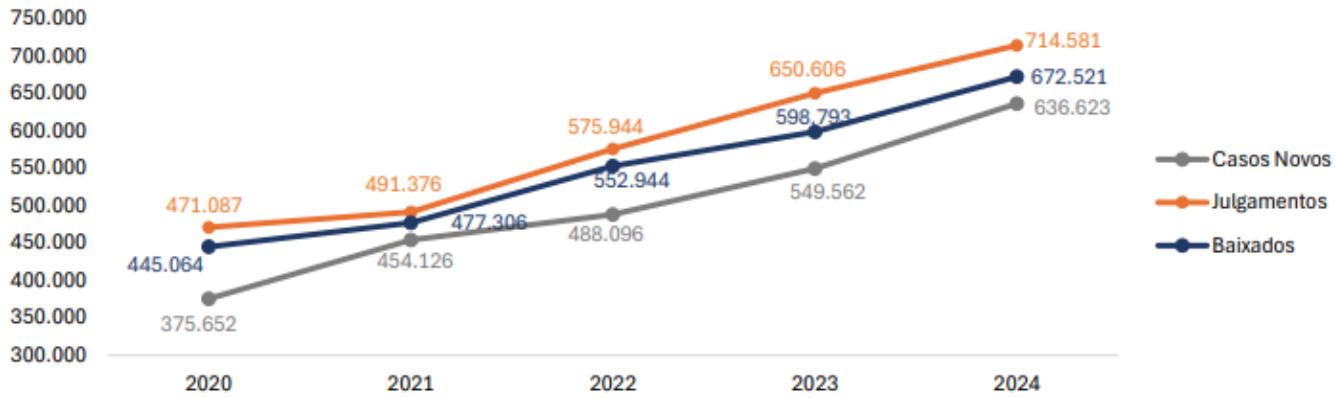
Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais		-
JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO		
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais		8.299
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais		0
Casos Novos de Execução Judicial, exceto execuções penais nos Juizados Especiais		3.290
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais		7.592
Casos Pendentes de Execução de Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais		0
Casos Pendentes de Execução Judicial, exceto execuções penais nos Juizados Especiais		7.631
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais		8.239
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais		4
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais		9.500
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais		8.013
Sentenças em Execução Judicial de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais		5
Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais		18.648

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2024, com os respectivos aumentos/reduções com relação a exercícios anteriores:

Novos x Julgados x Baixados – TJCE



Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>



Tabela 9 – Evolução dos pendentes, casos novos, julgados e baixados 2022-2024.

Instância	Pendentes			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
1º Grau	816.24	834.024	938.491	327.52	379.94	425.33	377.34	438.85	461.11	362.68	414.43	451.70
	2			1	3	1	0	9	0	7	0	4
2º Grau	75.745	73.882	74.297	68.38	69.23	88.18	78.56	87.33	105.86	64.17	70.42	89.417
	2			5	5	5	8	1	0	5	3	
Juizados Especiais	75.060	74.622	89.266	69.56	79.24	98.50	92.07	99.87	117.23	75.69	92.70	103.62
	4			2	8	4	4	7	7	6	1	
Turmas Recursais	25.136	25.069	19.885	22.61	21.14	24.59	27.81	24.54	30.37	40.57	21.23	27.779
	8			2	9	2	2	4	5	4		

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Tabela 10 – Carga de Trabalho e Número de Sentenças/Decisões por Magistrado do TJCE – 2022 – 2024.

Instância	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
1º Grau	3.276	3.807	3.968	1.040	1.338	1.299
2º Grau	2.644	2.833	3.736	1.482	1.712	2.076
Juizados Especiais	872	1.261	1.490	529	751	875
Turmas Recursais	2.871	2.582	2.852	1.209	1.363	1.599
Média Geral	3.349	3.670	4.231	1.221	1.485	1.631

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Tabela 11 – Casos Novos e Produtividade por Servidor da Área Judiciária do TJCE – 2022-2024.

Instância	Casos Novos por Servidor da Área	Índice de Produtividade do Servidor da Área
-----------	----------------------------------	---



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

	Judiciária			Judiciária		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
1º Grau	78	88	99	90,76	95,69	104,62
2º Grau	147	125	159	137,42	127,58	161,44
Juizados Especiais	173	203	252	193,1	237,71	265,45
Turmas Recursais	691	440	512	1.229,55	442,38	578,13
Média Geral	96	103	119	110,68	102,53	126,05

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

A taxa de congestionamento (TC) mede o percentual de casos que permanecem pendentes de solução ao final do ano-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados). Neste caso, os pendentes são dados pela soma dos pendentes de baixa e os suspensos. Assim, a TC mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução.

Tabela 12 – Evolução da Taxa de Congestionamento 2022-2024.

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2022	2023	2024
1º Grau	68,66%	66,80%	67,51%
2º Grau	54,13%	51,20%	45,24%
Juizados Especiais	49,79%	44,60%	41,87%
Turmas Recursais	38,25%	54,14%	47,44%

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

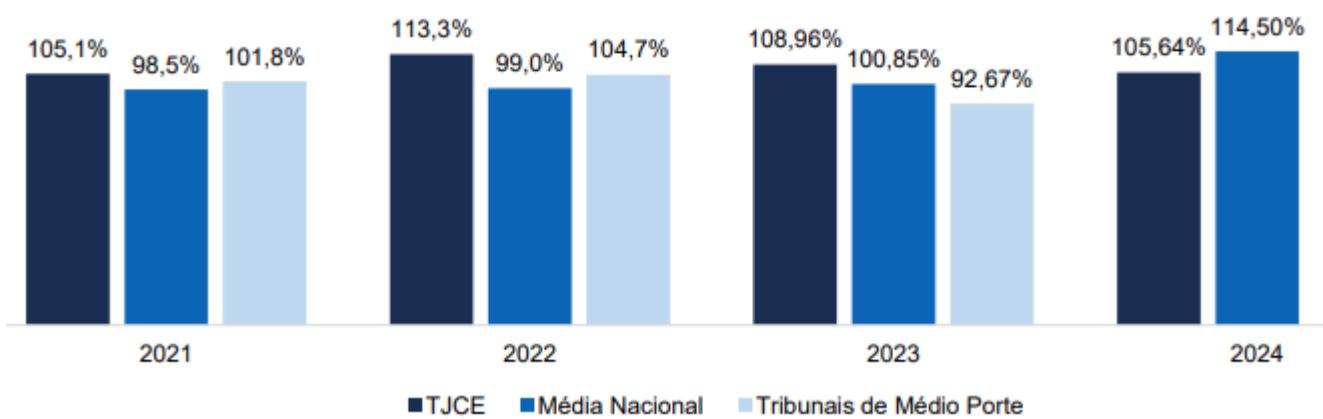
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Já o Índice de Atendimento a Demanda (IAD) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos (Baixas/CN), retratando o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

O IAD permite verificar se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. Sendo assim, o ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento de casos pendentes.



IAD (Baixas/CN)



Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/painéis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>



RESULTADOS DAS METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO NO PPA em 2024

No que diz respeito aos resultados obtidos em 2024 dos indicadores de desempenho previstos e aprovados no tema estratégico “1.9–Segurança Pública e Justiça” do Eixo “1–O Ceará que cuida, educa e valoriza as pessoas” constantes no *Plano Plurianual (PPA 2024-2027)* para os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), na qualidade de órgão gestor, contribui quando da execução de seu programa temático de governo (Programa nº “192–Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”), a Tabela 1 traz os resultados apurados do desempenho dos indicadores de Tema Estratégico.

Tabela 1 - Desempenho dos Indicadores de Tema Estratégico.

TEMA 1.9 – SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA					
Resultado Temático: População segura, com direitos fundamentais garantidos, em especial proteção à vida, à integridade física e ao patrimônio, com acesso a um sistema de justiça célere, resolutivo e humanizado, com ênfase nos grupos historicamente vulnerabilizados					
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização
Índice de satisfação da sociedade com a atuação do Poder Judiciário estadual	Percentual geral de satisfeitos dos 7 blocos avaliados	2024	64,00	74,47	116,36
Índice de atendimento à demanda pelo Poder Judiciário estadual	Percentual de processos baixados em relação ao número de casos novos	2024	121,24	105,90	87,35

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento dos Indicadores de Tema Estratégico do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2024).

O “Índice de atendimento à demanda pelo Poder Judiciário estadual” - IAD reflete a capacidade do Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes. O referido indicador apresentou um desempenho favorável durante o ano de 2024, visto que alcançou percentual de realização de 87,35% em relação à meta



projetada para o ano. Considerando que o indicador mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período, seu resultado de 105,90%, que se manteve superior a 100%, onde se computou um total de 649.489 casos novos e de 687.797 processos baixados, evidencia os esforços do Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados, permitindo reduzir o número de casos pendentes.

Cabe destacar que quando se compara o volume anual, observa-se um aumento de 10,63% de processos baixados em 2024 (687.797) em relação a 2023 (627.559), ao passo que o número de casos novos que ingressou em 2024 (649.489) foi 12,79% superior ao que ingressou em 2023 (575.833). Embora o TJCE tenha baixado mais processos do que recebe, o IAD não conseguiu bater a meta estipulada de 121,24%, pois o percentual de crescimento dos casos novos foi superior ao de crescimento de baixas. Cumpre informar ainda que, de todo o acervo, nem todos os processos podem ser baixados no mesmo ano devido a prazos legais e processuais a serem cumpridos, a exemplo dos processos ingressados no fim do ano de 2024.

Desse modo, frente ao cenário de um volumoso acervo processual e da necessidade de aumento de produtividade, tanto o estabelecimento de metas na GAM quanto a disponibilização dos painéis de BI de gestão permitiram auxiliar as unidades judiciais no planejamento de suas metas, de forma que pudessem alcançar o desempenho do indicador, não só pela própria unidade, como também pelo TJCE. Além disso, com os investimentos em transformação digital proporcionados pelo Programa de Modernização do Judiciário Cearense (Promojud), as soluções tecnológicas que começaram a ser desenvolvidas e implantadas (como robôs e ferramentas de IA) no âmbito do TJCE também têm contribuído para melhorar os indicadores de produtividade do Tribunal, o que se pode observar pelo crescimento de julgamentos e baixas processuais observado em 2024, em relação a 2023, de 14,7%, enquanto que em 2023 o crescimento do número de baixas em relação a 2022 foi de apenas 9,4%. Isso reforça, conforme mencionado acima, o esforço do Tribunal em dar vazão ao seu acervo processual, julgando e baixando mais processos do que o quantitativo que ingressa no ano. E a tendência é de que o indicador apresente melhorias nos próximos anos.

No que diz respeito ao indicador “*Índice de satisfação da sociedade com a atuação do Poder Judiciário estadual*”, este mensura a satisfação da sociedade através da aplicação de questionários em pesquisa realizada com jurisdicionados e sociedade com posterior análise Quali-Quanti das respostas obtidas, cujos formulários apresentaram perguntas objetivas sobre a atuação do Judiciário estadual, avaliando os seguintes temas/eixos: Acessibilidade, Atendimento prestado, Prestação de serviços, Uso da tecnologia da informação, Comunicação com a sociedade, Transparência nas informações e Infraestrutura dos prédios.

Em relação aos resultados do indicador, destaca-se que em 2024 o percentual de satisfação aumentou 2,73 pontos e o percentual de insatisfação caiu 4,8 pontos em relação à pesquisa do ano anterior. O resultado positivo era esperado, pois a pesquisa de 2024 contou com uma representatividade bem maior do interior do Estado (14 pontos a mais do que em 2023). Com isso, o resultado da percepção da sociedade com relação ao Poder Judiciário saiu de 71,74% em 2023 para 74,47% em 2024, refletindo os esforços e melhorias implementadas e executadas pelo Poder Judiciário cearense.



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

As principais entregas planejadas ou executadas por eixo do indicador foram:

1- Acessibilidade: Mudança para uso de linguagem simples em todas as certidões on-line emitidas pelo Sirece, iniciando pela Certidão para Candidatura do TRE; Implantação Certidão de Antecedentes Criminais Estadual Unificada; Implantação de plataforma de navegação indoor no prédio do Fórum Clóvis Beviláqua, que servirá para orientar deficientes visuais, além de diferenciar rotas para cadeirantes e trazer outros recursos que promovem acessibilidade, promovendo autonomia, dando consciência de localização ao usuário, permitindo a acessibilidade e a livre movimentação, com independência e segurança.

2- Atendimento prestado: Novo Modelo Humanizado e Inclusivo de Atendimento Ernst & Young – (14 protocolos de atendimento); Balcão Virtual no teams para todas as unidades judiciais (23.007 atendimentos); TJCE Mobile (Autorização de viagem para menores de idade; Quero Conciliar; Área destinada à mulher vítima de violência doméstica e atores relacionados à temática; Consulta processual no Pje; Envio das notificações via push pelo WhatsApp); 32 CAJs (Centrais de Atendimento ao Jurisdicionado); Desenvolvimento de painel de monitoramento dos atendimentos; Aprimoramento da integração do sistema Sin- Contatos com a página do Balcão virtual no Portal do TJCE; Implantação do Canal de Agendamento eletrônico com Magistrados - Criação de um canal específico para agendamento de atendimento virtual com magistrados, conforme Resolução do Órgão Especial nº06/2023; Realização de atividade voltada para Magistrados e Servidores sobre a importância da escuta ativa para melhor servir; e Capacitação da equipe da Ouvidoria em parceria com a SECAP/FCB sobre o atendimento sob perspectiva de gênero.

3- Prestação de serviços: Melhora do tempo de resposta da correção de erros, ação que visou melhorar a percepção do usuário final sobre o "Funcionamento sem problema do serviço digital", cujo processo de correção de erros em produção foi simplificado, diminuindo o tempo de atendimento de 80% dos casos de 63 dias para 25 dias; Melhoria dos fluxos e tecnologia do Sistema Pje, além das migrações concluídas em Direito Público, Precatórios, Cível Comum e Cível Especializada; e 38 novos robôs para a área judiciária.

4- Uso da tecnologia da informação: Centro de Operações de Segurança (SOC) (Empresa Network); Revisão de 10 Processos de Trabalho de Segurança da Informação; Aquisição de 02 Firewall de Grande Porte e antivírus (AntiMalware); Implementação e implantação de solução de inteligência artificial para agrupamento de atos judiciais (MIDAS); e Construção de pacote de robôs para agilizar atividades das Varas de Execução Penal.

5- Comunicação com a sociedade: Facilitar o acesso a ações institucionais nos diversos canais oficiais do TJCE; Análise da viabilidade de implantação de novos canais para público externo; Realização de campanhas educativas relacionadas a temas sociais relevantes; Criação de área específica para veiculação de campanhas externas na seção da Comunicação do Portal TJCE; e Divulgação de ações institucionais nos diversos canais oficiais.

6- Transparência nas informações: Revisão de informações de contato e Reestruturação da página do Balcão Virtual no Portal TJCE, para melhorar a usabilidade, facilitando a localização e o acesso.



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

7- Infraestrutura dos prédios: Reforma e ampliação da ESMEC; Reforma e ampliação dos Fóruns-Marco, Beberibe, Jaguaribe, Crato, Araripe, Quixadá, Ipueiras e Jardim.

Na Tabela 2 são apresentadas informações referentes ao desempenho físico das entregas do programa finalístico em 2024.

Tabela 2 - Desempenho físico das Entregas do Programa.

PROGRAMA 192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL									
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.									
Objetivo específico	Entrega	Unidade	Meta física programa da para 2024	Realizado em 2024	% Execução Física	Loa + créditos 2024	Empenhado 2024	% Execução orçamentária-financeira	
192.1 - Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade	1888 - AGENTE PÚBLICO CAPACITADO	Unidade	1.808,00	3.665,00	202,71	2.515.536,00	2.283.486,61	90,78	
	1898 - UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA	Unidade	70,00	190,00	271,43	100.162.204,79	94.988.706,24	94,83	
	1899 - UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA	Unidade	263,00	245,00	93,16	1.549.563.834,07	1.533.396.616,87	98,96	
	1900 - SERVIÇO OFERTADO	Unidade	400.585,00	503.292,00	125,64	56.149.589,00	47.677.050,17	84,91	
	2057 - UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA	Unidade	6,00	0,00	0,00	33.622.555,22	32.502.001,27	96,67	
192.2 - Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação	1901- SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	12,00	42,00	350,00	42.156.452,98	39.185.012,40	92,95	



digital.								
192.3 - Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital.	1901- SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	2,00	2,00	100,00	9.887.463,98	8.676.297,76	87,75
	1902-CURSO OFERTADO	Unidade	5,00	83,00	1.660,00	1.924.843,04	1.364.518,04	70,89

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2024).

O programa *EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL*, cujo público-alvo consiste nas partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral, tem como objetivos específicos e respectivas entregas ofertadas para o público-alvo: 1) *Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade* (AGENTE PÚBLICO CAPACITADO; UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA; UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA; SERVIÇO OFERTADO; e UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA); 2) *Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação digital* (SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA); e 3) *Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital* (SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA e CURSO OFERTADO).

Durante o ano de 2024, o Programa apresentou R\$ 1.760.073.689,36 de recursos aplicados na oferta das seguintes entregas, cujos desempenhos foram: 1) *AGENTE PÚBLICO CAPACITADO*: os cursos de capacitação realizados contribuíram para capacitar 3.665 servidores e magistrados com um total de R\$ 2.283.486,61 de recursos empenhados, com realização de 202,71% de execução física e de 90,78% de execução financeira; 2) *UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA*: 190 unidades judiciais estruturadas com um total de R\$ 94.988.706,24 de recursos empenhados, apresentando realização de 271,43% de execução física e de 94,83% de execução financeira; 3) *UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA*: todas as iniciativas realizadas contribuíram para manter 245 unidades judiciais com um total de R\$ 1.533.396.616,87 de recursos empenhados, apresentando realização de 93,16 % de execução física e de 98,96% de execução financeira; 4) *SERVIÇO OFERTADO*: foram 503.292 serviços cartorários gratuitos em todo o Estado com um total de R\$ 47.677.050,17 de recursos empenhados, obtendo-se realização de 125,64% de execução física e de 84,91% de execução financeira; 5) *UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA*: ainda não houve entrega concluída, mas apresentou um total de R\$ 32.502.001,27 de recursos empenhados aplicados nas construções de fóruns, cuja execução das obras encontra-se em andamento, obtendo-se realização de 96,67% de execução financeira; 6) *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA* para aprimorar os serviços judiciais ofertados teve execução física de 42 entregas com um



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

total de R\$ 39.185.012,40 de recursos empenhados, obtendo-se realização de 350% de execução física e de 92,95% de execução financeira; 7) *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA* para fortalecer a governança e a gestão apresentou execução física de 2 entregas com um total de R\$ 8.676.297,76 de recursos empenhados aplicados, obtendo-se realização de 100% de execução física e de 87,75 % de execução financeira; e 8) *CURSO OFERTADO*: houve a entrega de 83 cursos em transformação digital com um total de R\$ 1.364.518,04 de recursos empenhados aplicados, obtendo-se 1660% de execução física e 70,89% de execução financeira.

É oportuno destacar que, entre as realizações das entregas de *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA*, estão 35 robôs desenvolvidos, 06 ferramentas de inteligência artificial (IA) desenvolvidas, aquisição de processamento (servidores), Solução Tecnológica de Folha/RH e Solução Tecnológica de Gestão Estratégica Brisk. Encontram-se ainda em fase de execução: melhorias no Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE) e integração com o Processo Judicial Eletrônico (PJE), avanços para a absorção e implantação do sistema BANKJUS (sistema utilizado para integrar a Justiça às instituições bancárias), desenvolvimento de novas funcionalidades do Sistema de Gestão de Arrecadação (SGA) - segunda fase, Solução Tecnológica de Backup, Solução Tecnológica de Armazenamento – Switch, Solução Tecnológica de Serviços Integrados para Solução de Colaboração, Solução Tecnológica de Virtualização de Servidores (lote 2), 05 ferramentas de inteligência artificial em desenvolvimento (Piloto Classificador de assuntos, Piloto Classificador de Petição Inicial, Piloto Classificador de Documentos, Piloto Grafo de Legislação, Piloto Busca Ativa de Jurisprudência), 10 robôs em desenvolvimento (Robô Realizar expedientes em lote no SEEU, Robô Autorizar viagem para menores de idade, Robô Juntada de Antecedentes – Vistas ao MP no PJE, Robô Cadastro e Distribuição SEEU, Robô Juntada e Implantação SEEU, Robô Redistribuição entre regimes na mesma unidade no SEEU – 3ª Vara de Execuções Penais, Robô Comunicação Automática SEEU, Robô Fiscalizar Medidas Alternativas à Prisão no SEEU, Robô Protocolo SISBAJUD e Robô Resposta SISBAJUD) e Desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema para busca integrada de jurisprudência (SJURIS).

De uma forma geral, o desempenho físico-financeiro das entregas vinculadas aos objetivos específicos *"Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade"*, *"Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação digital"* e *"Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital"* mostrou-se satisfatório no ano de 2024, considerando que as entregas atingiram suas metas previstas, conforme apontado na análise anterior, e a expectativa é de melhora ao longo dos anos seguintes, a despeito de haver uma única entrega (*UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA*) que ainda não apresentou execução física concluída, porém sua respectiva execução financeira está ocorrendo a contento para ações referentes a obras de construção de fóruns em andamento. Portanto, o desempenho do programa *EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL* vem se mostrando satisfatório, com bom progresso de execução físico-financeira das entregas, contribuindo para o alcance dos objetivos específicos do programa.

Dando continuidade à análise, nas Tabelas 4 e 5 são evidenciados o desempenho



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

orçamentário e financeiro do programa por Órgão Executor e por Fonte de Recursos durante o exercício de 2024.

Tabela 4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro do Programa (por Órgão Executor).

PROGRAMA 192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.						
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)						
Órgão Executor	Descrição	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.424.167.703,78	1.418.630.095,15	1.413.092.402,97	99,61	99,22
FERMOJU	FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	343.417.610,30	318.575.760,81	200.225.018,3	92,77	58,30
FUNSEG	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	8.364.765,00	4.775.847,00	3.115.153,37	57,09	37,24
FECDOJ	FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	20.032.400,00	18.091.986,40	18.091.986,40	90,31	90,31
TOTAL		1.795.982.479,08	1.760.073.689,36	1.634.524.561,05	98,00	91,01

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2024).

Tabela 5 - Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Fonte de Recursos).

PROGRAMA 192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
---	--	--	--	--	--	--



Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.

Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)

Fonte	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	45.157.776,00	40.417.575,86	38.457.518,31	89,50	85,16
756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	663.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.392.720.543,7	1.391.107.147,51	1.387.529.512,88	99,88	99,63
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	357.440.429,30	328.548.965,99	208.537.529,86	91,92	58,34
TOTAL	1.795.982.479,08	1.760.073.689,36	1.634.524.561,05	98,00	91,01

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2024).

É possível verificar que, no geral, em 2024 houve um bom desempenho do Programa 512, em termos de execução orçamentário-financeira, chegando a alcançar um patamar global de execução superior a 90% do orçamento autorizado para o Programa. Do mesmo modo, os órgãos executores do programa também apresentaram desempenho satisfatório, especialmente TJ, FECDOJ e FERMOJU, cujos percentuais de execução orçamentário-financeira ultrapassaram ou se aproximaram dos 90% do orçamento aprovado, contribuindo, positivamente, para a execução do referido programa. Destaca-se que a execução orçamentária do órgão executor FERMOJU foi alavancada principalmente pelos investimentos realizados em tecnologia da informação (infraestrutura e segurança), e na execução do Plano de Obras do Tribunal de Justiça (reformas, ampliações e construção de fóruns), que somaram R\$ 142,8 milhões de recursos empenhados, o que representou um acréscimo de 312,36% em relação aos investimentos executados em 2023.

Observa-se ainda que o FUNSEG, embora tenha apresentado execução orçamentário-financeira num patamar abaixo das outras fontes, evidenciou melhora de sua execução em 2024, alavancando o percentual de recursos empenhados para 57,09%, representando um aumento de 159,50%



em relação à 2023. Isso se deu, especialmente, a partir do avanço da implementação do projeto setorial de “*Fortalecimento da segurança pessoal e física do Poder Judiciário*”, que contribuiu para alavancar e otimizar a execução orçamentária do FUNSEG, considerando o objetivo estratégico de promover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível – Plano Estratégico 2030. Entre as contratações previstas no escopo do projeto destacam-se os serviços de segurança armada, locação de pórticos detectores de metais, catracas eletrônicas e de *scanners* de bagagens do tipo raio-x.

No que diz respeito às Fontes de Recursos, destaca-se que as fontes “756 - *RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA*”, “500 - *RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS*”, 754 – *RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO*” e “759 - *RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS*” também apresentaram desempenho satisfatório, contribuindo, de forma positiva, para a execução do referido programa. Destaca-se que a fonte “754 – *RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO*”, na qual são executadas as contratações dos projetos do Promojud, apresentou um percentual 67,30% superior de execução em 2024 comparativamente a 2023, o que corroborou com os bons resultados apresentados das entregas de *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA*, conforme reportado acima.

QUADRO DE PESSOSAL

Quadro de pessoal e alocação da força de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Tabela 01 - Quadro de Pessoal 2024 – Tribunal de Justiça.



VÍNCULO	TJCE			COMARCA DE FORTALEZA		COMARCAS DO INTERIOR		TOTAL
	1º GRAU	2º GRAU	ADM	1º GRAU	ADM	1º GRAU	ADM	
Desembargador	0	53	0	0	0	0	0	53
Estagiários	255	321	166	494	26	379	0	1.641
Exclusivamente comissionado	199	222	95	548	16	725	8	1.813
Magistrados	12	0	0	193	0	217	0	422
Servidores	494	397	559	730	44	1.082	14	3.320
Terceirizados	57	40	828	32	67	375	12	1.411
Cedidos/externos	6	12	11	11	2	1.295	20	1.357
Total Resultado	1.023	1.045	1.659	2.008	155	4.073	54	10.017

Fonte: Sistema de Gestão de Pessoas AdmRH em 31 dezembro de 2024.

Observações:

- 1) **1º Grau TJCE:** Considerou-se a força de trabalho lotadas nas unidades da SEJUD de 1º Grau, SEJUD Cariri, Núcleos de Produtividade Remota e de Apoio às Comarcas do Interior, Cejusc Saúde e Fórum das Turmas Recursais;
- 2) **ADM na Comarca de Fortaleza e Comarcas do Interior:** Considerou-se a força de trabalho lotado nas diretorias de fóruns;
- 3) Considerou-se apenas o pessoal ativo e com licenças temporárias.

RECURSOS PATRIMONIAIS

Recursos Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Ceará – 2024.

Tabela 01 – Recursos Patrimoniais 2024 – Tribunal de Justiça.



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Conta	Descrição	Saldo ant.(R\$)	Incorp.(R\$)	Baixas(R\$)	Reinc.(R\$)	Reav. (R\$)	Saldo atual(R\$)
000000000	CONTA CONTABIL - MIGRAÇÃO	7.884.809,33	0,00	483,65	0,00	0,00	7.884.325,68
33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	652,00	0,00	0,00	0,00	0,00	652,00
4490403078	DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	0,00	68.254,29	0,00	0,00	0,00	68.254,29
44905200036	MÁQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIP.DIVERSOS	2.868.233,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2.868.233,56
44905200039	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	9.473,89	0,00	0,00	0,00	0,00	9.473,89
4490520011	LIVROS E PUBLIC TECNICAS	609.595,74	0,00	0,00	0,00	0,00	609.595,74
4490520012	EQUIP DE PROTECAO SEG E SOCORRO	148.916,23	0,00	0,00	0,00	0,00	148.916,23
4490520016	DECORACAO OBJETOS DE ARTE COLECAO	66.277,19	0,00	0,00	0,00	0,00	66.277,19
4490520017	EQUIP PARA AUDIO VIDEO E FOTO	1.537.823,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.537.823,65
4490520020	MOBILIARIO EM GERAL	41.539.902,35	0,00	1.564,16	0,00	0,00	41.538.338,19
4490520028	OBRAS DE ARTE E PEÇAS P/MUSEU	2.879,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.879,00
4490520099	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	494.166,21	0,00	0,00	0,00	0,00	494.166,21
44905208	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	159.362,53	0,00	0,00	0,00	0,00	159.362,53
44905214	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	917.080,00	588.613,30	0,00	0,00	0,00	1.505.693,30
44905215	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	17.061,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.061,00
44905218	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	860,00
44905219	LICENCA PARA USO DE SOFTWARE	2.026.470,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.026.470,16
44905239	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99.932.588,59	89.208,86	91.686,56	0,00	-158.991,79	99.771.119,10
44905242	Mobiliário em Geral	6.299.966,40	7.104.001,74	0,00	0,00	0,00	13.403.968,14
44905248	VEÍCULOS EM GERAL	1.800.061,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800.061,69
44905250	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.889.938,94	13.600,00	0,00	0,00	0,00	1.903.538,94
44905251	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10.460,00	541.269,34	0,00	0,00	0,00	551.729,34

44905255	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.861.396,92	129.310,70	0,00	0,00	0,00	1.990.707,62
44905261	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	22.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.968,00
44905262	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	11.428.904,62	864.005,83	0,00	0,00	0,00	12.292.910,45
44905266	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	1.926.380,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.926.380,44
44905299	OUTROS BENS MÓVEIS	34.949,55	0,00	0,00	0,00	0,00	34.949,55
Total:		183.491.177,99	9.398.264,06	93.734,37	0,00	-158.991,79	192.636.715,89

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura

A Relação de imóveis do Governo do Estado e disponíveis para o Poder Judiciário do Estado do Ceará constam em Anexo a este Relatório.



RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 04 unidades orçamentárias em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530/0001-01;
- Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47;
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ – CNPJ 28.686.205/0001-91.

Tabela 01 - Execução Orçamentária 2024 – Tribunal de Justiça.

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2024 LEI Nº 18.664, de 29/12/2023 Consolidado por Órgão						
Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO						
Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
0400000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.860.771.401,00	1.890.642.113,21	1.884.591.343,20	1.878.118.959,26	99,68	99,34
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	379.274.245,00	447.362.865,00	413.065.351,60	270.136.322,44	92,33	60,38
04200003 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	10.000.000,00	10.000.000,00	4.832.400,00	3.146.710,89	48,32	31,47
04200004 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	20.032.400,00	20.032.400,00	18.091.986,40	18.091.986,40	90,31	90,31
Total Geral	2.270.078.046,00	2.368.037.378,21	2.320.581.081,20	2.169.493.978,99	98,00	91,62

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Cada um desses órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2024:

Tabela 02 - Execução Orçamentária 2024 – Tribunal de Justiça.

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2024 LEI Nº 18.664, de 29/12/2023 Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa						
Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO						
Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.860.771.401,00	1.890.642.113,21	1.884.591.343,20	1.878.118.959,26	99,68	99,34
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.435.940.504,00	1.467.334.043,04	1.467.002.283,32	1.463.881.890,32	99,98	99,76
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	406.644.206,00	417.134.115,51	411.675.088,22	408.323.097,36	98,69	97,89
44 INVESTIMENTOS	18.186.691,00	6.173.954,66	5.913.971,66	5.913.971,58	95,79	95,79

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça, dentro desta quádrupla estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, cuja execução, em 2024, representou 99,98% dos recursos disponíveis, sendo assim distribuídos:

Tabela 03 – Execução Orçamentária 2024 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais.

ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2024
LEI Nº 18.664, de 29/12/2023
Consolidado por Órgão e Elemento

Código Descrção	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.435.940.504,00	1.467.334.043,04	1.467.002.283,32	1.463.881.890,32	99,98	99,76
03 PENSÕES	4.217.222,00	3.011.214,30	3.011.213,70	3.011.213,70	100,00	100,00
07 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	1.030.344,00	2.155.413,76	2.155.413,76	2.155.413,76	100,00	100,00
11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.158.964.726,00	1.160.434.681,39	1.160.281.903,43	1.159.289.931,14	99,99	99,90
12 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	7.467.087,00	6.977.084,78	6.977.084,78	6.977.084,78	100,00	100,00
13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	247.640.181,00	258.872.025,83	258.738.577,78	256.715.964,45	99,95	99,17
16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.926.502,00	26.915.100,67	26.915.100,67	26.915.100,67	100,00	100,00
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.781.500,00	7.619.435,46	7.573.902,35	7.468.094,97	99,40	98,01
96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	912.942,00	1.349.086,85	1.349.086,85	1.349.086,85	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 04 – Execução Orçamentária 2024 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes.

ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2024
LEI Nº 18.664, de 29/12/2023
Consolidado por Órgão e Elemento

Código Descrção	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	406.644.206,00	417.134.115,51	411.675.088,22	408.323.097,36	98,69	97,89
08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	110.925.004,00	106.318.673,49	106.213.478,79	106.212.278,79	99,90	99,90
14 DIÁRIAS - CIVIL	4.604.147,00	3.664.707,43	3.629.489,34	3.629.489,34	99,04	99,04
15 DIÁRIAS - MILITAR	305.132,00	307.812,27	270.392,62	270.392,62	87,84	87,84
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	69.131,00	83.745,95	37.889,44	37.889,44	45,24	45,24
35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	8.431.609,00	8.807.857,62	7.833.469,99	7.333.472,32	88,94	83,26
37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	4.770.483,00	3.985.570,37	3.973.917,24	3.370.137,01	99,71	84,56
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.256.648,00	1.386.214,80	769.314,60	769.314,60	55,50	55,50
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17.130.240,00	31.738.259,58	28.925.059,18	26.718.926,74	91,14	84,19
46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	149.355.741,00	118.539.602,54	118.260.171,06	118.260.171,06	99,76	99,76
47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	527.464,76	323.029,98	282.498,82	61,24	53,56
91 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.002.223,00	2.824.910,60	2.766.110,60	2.766.110,60	97,92	97,92
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	101.792.848,00	138.949.296,10	138.672.765,38	138.672.416,02	99,80	99,80

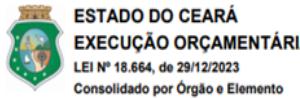
Fonte:

Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:



Tabela 05 – Execução Orçamentária 2024 – Tribunal de Justiça – Investimentos.



Código	Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	18.186.691,00	6.173.954,66	5.913.971,66	5.913.971,58	95,79	95,79
35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.637.325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15.449.366,00	3.243.487,00	2.983.504,00	2.983.503,92	91,98	91,98
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00	2.930.467,66	2.930.467,66	2.930.467,66	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém destacar, quanto à despesa com pessoal, no exercício sob comento, a manutenção da preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido executado um montante que representa 4,04% da RCL, estando, pois, abaixo do limite de alerta de 5,40% e do limite prudencial de 5,70%, previstos na Lei Complementar nº 101/2000.

Ademais, registra-se que “é sabido da divergência entre os saldos dos inventários e da contabilidade em relação a bens móveis, a maior para a contabilidade. Nesse contexto, a gestão empreendeu esforços que culminaram na contratação de consultoria para a realização de atividades de inventário patrimonial em todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Ceará, saneamento de dados relativos ao acervo patrimonial e conciliação físico-contábil do patrimônio”, através do Contrato nº 19/2023” (SEFIN).



TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), no exercício de 2024, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição. Mantém o convênio com o Conselho de Presidentes dos Tribunais Justiça (CV SN-2022), que prevê na Clausula Terceira que o TJCE pagará anualmente a importância de R\$ 60 Mil reais correspondentes à contribuição para o custeio das despesas do CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA. Acrescenta-se, que no exercício de 2024, houve o repasse da importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Rafaella Lopes Ferreira
Secretaria de Governança Institucional



ANEXO

Relatório de imóveis do TJCE

IMÓVEIS – TJCE			
ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO
1	ABAIIARA	FÓRUM	RUA JOÃO FELINTO DE SOUSA, S/N
2	ACARAPE	FÓRUM	RUA CHICO VIEIRA, S/N
3	ACARAÚ	CASA	RUA SANTO ANTONIO, 1495 – CENTRO
4	ACARAÚ	FÓRUM	RUA FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA, S/N, MONSENHOR SABINO
5	ACARAÚ	PRÉDIO	PRAÇA MANUEL DUCA DA SILVEITA
6	ACOPIARA	CASA	RUA TIBÚRCIO SOARES, 420 – CASA 01 – CENTRO
7	ACOPIARA	CASA	RUA TIBÚRCIO SOARES, 437 – CASA 02 – CENTRO
8	ACOPIARA	FÓRUM	RUA CÍCERO MANDU, S/N
9	AIUABA	ANTIGO FÓRUM	RUA RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA, 50
10	AIUABA	FÓRUM	RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA, S/N
11	AIUABA	CASA	RUA ARMANDO ARRAIS FEITOSA, 06, CENTRO
12	ALCÂNTARAS	FÓRUM	RUA FRANCISCO CUNHA, S/N, SÃO JOSÉ
13	ALTANEIRA	FÓRUM	RUA PADRE LUIS ANTÔNIO, S/N
14	ALTO SANTO	CASA	R. JOÃO QUINCÓ, 272 – CENTRO
15	ALTO SANTO	FÓRUM	RUA CORONEL SIMPLICIO BEZERRA, 32
16	ALTO SANTO	TERRENO	RUA JÃO QUINCÓ, S/N
17	AMONTADA	CASA	RUA MARTINS TEIXEIRA, S/N
18	AMONTADA	FÓRUM	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA, 1310
19	AMONTADA	TERRENO	RUA MARIA MELO, S/N
20	ANTONINA DO NORTE	FÓRUM	RODOVIA CE 373, S/N
21	APUIARÉS	FÓRUM	AVENIDA GOMES DA SILVA, S/N
22	AQUIRAZ	CASA	RUA GAROUPA
23	AQUIRAZ	CASA	RUA KANGATI, 10
24	AQUIRAZ	CASA	RUA ENÉIAS DE ALMEIDA
25	AQUIRAZ	FÓRUM	AVENIDA AUGUSTO SÁ
26	AQUIRAZ	PRÉDIO	RUA VIRGÍLIO COELHO, 112
27	ARACATI	CASA	RUA CASTELO, 1310
28	ARACATI	CASA	RUA CASTELO, 1312
29	ARACATI	CASA	RUA CORONEL ALEXANDRINO, 1124
30	ARACATI	FÓRUM	TRAVESSA FELISMINO SILVA, 1079
31	ARACATI	PRÉDIO	RUA CORONEL ALEXANZITO, 789 (CARTÓRIO ELEITORAL)
32	ARACATI	TERRENO	LOTE VILA GREGA
33	ARACOIABA	CASA	R. LUIZ RIBEIRO, 50 – PLANALTO ARACOIABA
34	ARACOIABA	CASA	RUA RAIMUNDO DE CASTRO DA SILVA, S/N
35	ARACOIABA	FÓRUM	AVENIDA TIRADENTES,1449
36	ARARENDÁ	FÓRUM	RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM, S/N
37	ARARIPE	CASA	AV. VICENTE ALENCAR, S/Nº – CENTRO
38	ARARIPE	FÓRUM	AV. ANTÔNIO VALENTIN DE OLIVEIRA, S/N
39	ARATUBA	CASA	RUA JÚLIO PEREIRA, N° 30, FORQUILHA
40	ARATUBA	FÓRUM	RUA JÚLIO PEREIRA, 30
41	ARNEIROZ	FÓRUM	TRAVESSA CORONEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N
42	ASSARÉ	CASA	RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA, N° 03 – CENTRO
43	ASSARÉ	FÓRUM	CEL. FRANCISCO GOMES, S/N, PEDRA DE FOGO (DES.



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

			EDMILSON CRUZ)
44	ASSARÉ	TERRENO	RUA S.D.O DE ACESSO A RUA CORONEL PEDRO ONOFRE, S/N
45	ASSARÉ	ANTIGO FÓRUM	RUA PADRE EMÍLIO CABRAL, 320A (RESIDÊNCIA PROMOTOR)
46	AURORA	CASA	RUA MARIA CORAÇÃO BEZERRA, Nº 07
47	AURORA	FÓRUM	RUA CORONEL JOSÉ LEITE, S/N
48	BAIXIO	CASA	RUA CEL. FRANCISCO LUIZ, S/Nº – CENTRO
49	BAIXIO	FÓRUM	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N
50	BANABUIÚ	FÓRUM	AVENIDA QUEIROZ PESSOA, S/N
51	BARBALHA	CASA	RUA MARIA ILDUARA, 707
52	BARBALHA	CASA	RUA MARIA ILDUARA, 693
53	BARBALHA	FÓRUM	RUA ZUCA SAMPAIO, S/N
54	BARBALHA	PRÉDIO	RUA PRINCESA ISABEL, 118A
55	BARBALHA	TERRENO	RUA PRINCESA ISABEL, S/N
56	BARREIRA	FÓRUM	RUA PAULO JACÓ, 190
57	BARRO	CASA	RUA CRISANTINA M. DINIZ C/ AV. JANUÁRIO FEITOSA
58	BARRO	FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO AUDERLEY CARDOSO, S/N
59	BARROQUINHA	FÓRUM	AVENIDA MARIA DIAMANTINAS VERAS, S/N
60	BATURITÉ	CASA	AV. OUVIDORMOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (1)
61	BATURITÉ	CASA	AV. OUVIDORMOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (2)
62	BATURITÉ	CASA	AV. OUVIDORMOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (3)
63	BATURITÉ	FÓRUM	PRAÇA WALDEMAR FALCÃO, S/N
64	BATURITÉ	ANTIGO FÓRUM	AVENIDA OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA
65	BATURITÉ	PRÉDIO	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 949
66	BATURITÉ	PRÉDIO	RUA PADRE ANTONIO PINTO, S/N
67	BATURITÉ	PRÉDIO	TRAVESSA 14 DE ABRIL
68	BEBERIBE	CASA	R. JOAQUIM DE QUEIROZ FACÓ, 208 – NOVO PLANALTO
69	BEBERIBE	FÓRUM	RUA JOAQUIM FACÓ, 244
70	BEBERIBE	TERRENO	RUA DEPUTADO RAIMUNDO DE Q. FERREIRA
71	BELA CRUZ	CASA	R. JOSÉ XEREZ DE SOUSA S/N
72	BELA CRUZ	CASA	RUA CAPITÃO MIGUEL LOPES, S/Nº
73	BELA CRUZ	FÓRUM	RUA SANTA CRUZ, S/N
74	BOA VIAGEM	FÓRUM	RUA RAIMUNDO PEREIRA BATISTA, S/N
75	BOA VIAGEM	ANTIGO FÓRUM	RUA JOSÉ RANGEL DE ARAÚJO, S/N
76	BOA VIAGEM	TERRENO	RUA ERNESTO PEREIRA DE SOUSA, S/N
77	BREJO SANTO	CASA	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, 544
78	BREJO SANTO	CASA	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, 301
79	BREJO SANTO	FÓRUM	RUA ANTÔNIO FIORENTINO DE ARAÚJO, S/N
80	BREJO SANTO	PRÉDIO	RUA JOSÉ MATIAS SAMPAIO, 274
81	BREJO SANTO	TERRENO	AVENIDA JOÃO INÁCIO DE LUCENA, S/N
82	CAMOCIM	CASA	RUA DA INDEPENDÊNCIA Nº 561 A – CENTRO
83	CAMOCIM	CASA	RUA DA INDEPENDÊNCIA, Nº 561 B – CENTRO
84	CAMOCIM	FÓRUM	RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, S/N
85	CAMPOS SALES	CASA	RUA ENÉAS ARRAES, Nº 394 CENTRO
86	CAMPOS SALES	FÓRUM	RUA MANOEL MORAIS, 84
87	CANINDÉ	CASA	R. CELIO MARTINS Nº 714, IMACULADA CONCEIÇÃO
88	CANINDÉ	CASA	R. GERÔNCIO BRÍGIDO NETO, 685
89	CANINDÉ	CASA	RUA JOÃO PINTO DAMASCENO, 268
90	CANINDÉ	FÓRUM	RUA GERÔNCIO BRÍGIDO, S/N
91	CANINDÉ	PRÉDIO	RUA LARGO FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

92	CANINDÉ	TERRENO	AVENIDA LUCIANO MAGALHÃES, S/N, BELA VISTA
93	CAPISTRANO	CASA	R. ANTÔNIO FERNANDES BEZERRA S/N – CENTRO
94	CAPISTRANO	FÓRUM	RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO, S/N
95	CAPISTRANO	PRÉDIO	R. CEL. FRANCISCO NUNES CAVALCANTE
96	CARIDADE	CASA	R.CEL. FRANCISCO LINHARES S/N
97	CARIDADE	FÓRUM	RUA CORONEL FRANCISCO LINHARES, 361
98	CARIRÉ	CASA	R. MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N – CENTRO
99	CARIRÉ	FÓRUM	RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N
100	CARIRIAÇU	CASA	RUA LUIZ BEZERRA, S/Nº PARAÍSO
101	CARIRIAÇU	FÓRUM	RUA LUIZ BEZERRA, S/N
102	CARIUS	CASA	PRAÇA DA REPÚBLICA, S/Nº CENTRO
103	CARIUS	FÓRUM	RUA VEREADOR BENEDITO DE OLIVEIRA, S/N
104	CARNAUBAL	CASA	RUA 22 DE JULHO, S/N – CENTRO
105	CARNAUBAL	FÓRUM	RUA JOSÉ BARROSO, 143
106	CARNAUBAL	TERRENO	RUA 22 DE JULHO, CENTRO
107	CASCABEL	CASA	RUA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, 508
108	CASCABEL	CASA	AV. JOÃO MOREIRA DE PAULA, 2240, COHAB
109	CASCABEL	FÓRUM	RUA PROFº JOSÉ ANTONIO DE QUEIROZ, S/Nº
110	CATARINA	CASA	RUA JOAQUIM LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES, S/Nº
111	CATARINA	FÓRUM	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS, S/N
112	CATUNDA	FÓRUM	RUA ANTÔNIO TIMBÓ, S/N
113	CAUCAIA	CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 483
114	CAUCAIA	CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 503
115	CAUCAIA	CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 521
116	CAUCAIA	FÓRUM	RUA 15 DE OUTUBRO, S/N, NOVO PABUSSÚ
117	CAUCAIA	PRÉDIO	RUA JUACI SAMPAIO PONTES, 2091
118	CAUCAIA	PRÉDIO	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 251, CENTRO, 61600110
119	CAUCAIA	TERRENO	RUA 15 DE NOVEMBRO
120	CEDRO	CASA	RUA AZARAIS ALVES DINIZ, Nº 129 – CENTRO
121	CEDRO	FÓRUM	RUA CORONEL JOÃO CÂNDIDO, 578
122	CHAVAL	CASA	PRAÇA MONSENHOR CARNEIRO, 83, CENTRO
123	CHAVAL	CASA	R. ZEFERINO COSTA, 265
124	CHAVAL	FÓRUM	RUA MAJOR FIEL, 299
125	CHORÓ LIMÃO	FÓRUM	RUA UNIVERSITÁRIA, S/N
126	CHOROZINHO	CASA	AV. DR. LUIZ COSTA S/N, BAIRRO LEIRÕES
127	CHOROZINHO	FÓRUM	AVENIDA DOUTOR LUIZ COSTA, S/N
128	COREAÚ	CASA	CONJUNTO COHAB – S/N,
129	COREAÚ	CASA	RUA CEL. ANTÔNIO TELES, S/N
130	COREAÚ	FÓRUM	RODOVIA CE 071
131	CRATÉUS	CASA	AV. DR. MOREIRA DA ROCHA, 1821
132	CRATÉUS	CASA	R. EDILBERTO FROTA, 1819 – FÁTIMA II
133	CRATÉUS	CASA	RUA GENTIL BARREIRA, Nº 716
134	CRATÉUS	FÓRUM	AVENIDA EDILBERTO FROTA, S/N
135	CRATÉUS	PRÉDIO	GALERIA GENTIL CARDOSO, S/N
136	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 01
137	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 02
138	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 03
139	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 04
140	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 05
141	CRATO	FÓRUM	RUA ÁLVARO PEIXOTO DE ALENCAR, S/N
142	CROATÁ	CASA	R. VEREADOR RAIMUNDO RIBEIRO DE ABREU S/N
143	CROATÁ	FÓRUM	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU, S/N
144	CRUZ	CASA	RUA 07 DE SETEMBRO S/N
145	CRUZ	FÓRUM	AVENIDA ANTÔNIO MUNIZ NETO, 01



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

146	DEP IRAPUAN PINHEIRO	FÓRUM	RUA CÂNDIDO BORGES, S/N
147	ERERÊ	FÓRUM	RUA JOSÉ PESSOA DE QUEIROZ, S/N
148	EUSEBIO	CASA	RUA ISAIAS FAÇANHA, S/Nº TIMBU
149	EUSEBIO	FÓRUM	AVENIDA EUSÉBIO DE QUEIROZ, S/N
150	FARIAS BRITO	CASA	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA, Nº 404
151	FARIAS BRITO	FÓRUM	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA, 386
152	FORQUILHA	CASA	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/Nº CENTRO
153	FORQUILHA	FÓRUM	AVENIDA CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/N, CENTRO
154	FORTALEZA	FÓRUM	RUA DES. FLORIANO BENEVIDES, 220
155	FORTALEZA	PRÉDIO	AV. DA UNIVERSIDADE, 3281, BENFICA
156	FORTALEZA	CASA	AVENIDA BENÚ MARCONDES, 421, CONJUNTO NOVA ASSUNÇÃO
157	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA DA UNIVERSIDADE, 3288, BENFICA
158	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N (TRIBUNAL DE JUSTIÇA)
159	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N (CDI)
160	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N (CORREGEDORIA)
161	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GEN. OSÓRIO DE PAIVA, 1220, PARANGABA
162	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GODOFREDO MACIEL, 3100, MARAPONGA
163	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA K, 130, JOSÉ WALTER
164	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA 729, 3ª ETAPA, 443, CONJUNTO CEARÁ
165	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA BETEL, 1330, ITAPERI
166	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA CARLOS CHAGAS, 800, BOM SUCESSO
167	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA DES. JOÃO FIRMINO, 360, MONTESE
168	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA DO LAGO, 340, TANCREDO NEVES
169	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA DR. JOÃO GUILHERME, 257 ANTONIO BEZERRA
170	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA GENERAL BEZERRIL, 722, CENTRO
171	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA HERMINA BONAVIDES, S/N, PRAIA DO FUTURO
172	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA JORGE DUMAR, 1517, BENFICA
173	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA MÁRIO MAMEDE, 1301, BAIRRO DE FÁTIMA (10ºUNIDADE JUIZADO ESPECIAL)
174	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA RAMIREZ MARANHÃO DO VALE, 70, ÁGUA FRIA
175	FORTALEZA	CASA	CASA RUA TABELIÃO FABIÃO, 114, PRESIDENTE KENNEDY
176	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA ROBERTO SILVA, 70, ÁGUA FRIA
177	FORTALEZA	CASA	RUA ALMEIDA FILHO, 636, MONTE CASTELO
178	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA SANTA EFIGÊNIA, 360, MESSEJANA
179	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA SENADOR POMPEU Nº 1127/BARÃO DO RIO BRANCO
180	FORTIM	CASA	AV. JOAQUIM CRISÓSTOMO Nº 1500 – CENTRO.
181	FORTIM	FÓRUM	RUA JOAQUIM CRISÓSTOMO, S/N
182	FRECHEIRINHA	CASA	RUA TENENTE ÂNGELO, S/Nº CENTRO
183	FRECHEIRINHA	FÓRUM	AVENIDA JOAQUIM PEREIRA, 727
184	FRECHEIRINHA	TERRENO	RUA JOAQUIM PEREIRA, S/N
185	GENERAL SAMPAIO	FÓRUM	TRAVESSA JOSÉ SEVERINO FILHO, S/N
186	GRAÇA	CASA	AV. JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO, S/Nº CENTRO
187	GRAÇA	FÓRUM	RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO, 337
188	GRANJA	CASA	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 01 – CENTRO.
189	GRANJA	CASA	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 02 – CENTRO.
190	GRANJA	FÓRUM	RUA VALDOMIRO CAVALCANTE, S/N
191	GRANJEIRO	FÓRUM	RUA FRANCISCO MONTEIRO GRANJEIRO, S/N



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

192	GROAIRAS	CASA	R. JOSÉ F. DO NASCIMENTO, S/Nº CAP. J. LINHARES
193	GROAIRAS	FÓRUM	RUA PRINCESA ISABEL, 1520
194	GROAIRAS	PRÉDIO	RUA MONS LINHARES, 190
195	GUAIUBA	FÓRUM	RUA FAUSTO ALBUQUERQUE, S/N
196	GUARACIABA DO NORTE	CASA	R. NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, 741 – CENTRO
197	GUARACIABA DO NORTE	FÓRUM	RUA PADRE BERNARDINO MEMÓRIA, 322
198	GUARAMIRANGA	FÓRUM	RUA JOAQUIM ALVES NOGUEIRA, S/N
199	HIDROLÂNDIA	CASA	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MARROCOIS, S/N
200	HIDROLÂNDIA	FÓRUM	AVENIDA CLÁUDIO CAMELO TIMBÓ, S/N
201	HORIZONTE	CASA	RUA ANA NOGUEIRA LOPES 305 – CENTRO
202	HORIZONTE	FÓRUM	RUA ANA NOGUEIRA LOPES, S/N (ANTIGO FÓRUM)
203	HORIZONTE	PRÉDIO	AVENIDA FRANCISCO EUDES XIMENES, 241
204	IBARETAMA	FÓRUM	RUA LUIZ CAMURÇA, S/N
205	IBIAPINA	CASA	AV. SARGENTO JOÃO GOMES NETO, Nº 202 – CENTRO
206	IBIAPINA	FÓRUM	AVENIDA DEPUTADO ÁLVARO SOARES, S/N
207	IBIAPINA	TERRENO	RUA VEREADOR MANOEL RODRIGUES, S/N
208	IBICUITINGA	FÓRUM	AVENIDA CAPITÃO MANOEL ANTÔNIO, S/N
209	ICAPUÍ	CASA	RUA DOS PORFÍRIOS S/N – CENTRO
210	ICAPUÍ	FÓRUM	AVENIDA CHICO FÉLIX, S/N
211	ICÓ	CASA	AV. JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, Nº 1764 – CENTRO
212	ICÓ	CASA	RUA FRANCISCO MORAES MOREIRA, 1788
213	ICÓ	FÓRUM	AVENIDA JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, 1760
214	ICÓ	TERRENO	RAIMUNDO GEOVÁ BRAGA, S/N, CENTRO GERENCIAL
215	IGUATU	CASA	RUA JOÃO XXIII, Nº 35 – CENTRO
216	IGUATU	CASA	RUA JOSÉ AMARO, 261 – BUGI
217	IGUATU	CASA	RUA JÚLIO CAVALCANTE, 1650 – BUGI
218	IGUATU	FÓRUM	RUA JOSÉ AMARO, S/N
219	IGUATU	TERRENO	JOAQUIM EDILMAR AMARO
220	IGUATU	PRÉDIO	AVENIDA AGENOR ARAÚJO, S/N (JUNTA DE ALISTAMENTO)
221	INDEPENDÊNCIA	CASA	RUA FREI VIDAL, Nº 535 – CENTRO
222	INDEPENDÊNCIA	FÓRUM	RUA SANTA TERESINHA, 510
223	IPAPORANGA	CASA	RUA PEDRO CORREIA LEITÃO DO BOMPRINCÍPIO/ESQUINA RUA JOÃO LUCIANO
224	IPAPORANGA	FÓRUM	RUA PEDRO CORRÊIA LEITÃO, S/N
225	IPAUMIRIM	CASA	RUA ANA ALEXANDRE GONÇALVES, 27 – VILA BANCÁRIA
226	IPAUMIRIM	FÓRUM	CE 151 KM 21,30, S/N
227	IPU	CASA	RUA JOANA MIMOSO, S/Nº CAIXA DÁGUA
228	IPU	FÓRUM	PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, 1020
229	IPUEIRAS	CASA	RUA CEL. FREDERICO GUILHERMINO, S/N, F
230	IPUEIRAS	FÓRUM	RUA CORONEL GUILHERMINO, S/N
231	IRACEMA	CASA	R. ULISSES DE HOLANDA CAMPELO, 407 – CENTRO
232	IRACEMA	CASA	RUA GEVÁSIO HOLANDA GUERRA, Nº 1371
233	IRACEMA	FÓRUM	AV. AUGUSTA CLEMENTINA DE NEGREIROS, S/N, JATOBÁ
234	IRACEMA	PRÉDIO	RUA CELSO GOMES DA SILVA, 133
235	IRAUÇUBA	CASA	RUA JORGE DOMINGUES, S/Nº
236	IRAUÇUBA	FÓRUM	AVENIDA PAULO BASTOS, 631
237	ITAIÇABA	FÓRUM	VILA OLÍMPICA, S/N
238	ITAITINGA	CASA	R. FCO CORDEIRO DE OLIVEIRA Nº 1019 – CENTRO.
239	ITAITINGA	FÓRUM	AVENIDA CEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

240	ITAPAJÉ	ANTIGO FÓRUM	RUA SÃO FRANCISCO, 104
241	ITAPAJÉ	FÓRUM	RODOVIA BR 222, KM 121, S/N, LOTEAMENTO ASA BRANCA III, BAIRRO FERROS, 62607000
242	ITAPIPOCA	CASA	PREMISLAU CAMERINO, Nº 68, COQUEIRO
243	ITAPIPOCA	CASA	RUA 07 DE SETEMBRO, Nº 35
244	ITAPIPOCA	CASA	RUA INOCÊNCIO BRAGA 3779
245	ITAPIPOCA	FÓRUM	AVENIDA ESAU ALVES AGUIAR, 2011, FAZENDINHA
246	ITAPIPOCA	PRÉDIO	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 380
247	ITAPIPOCA	PRÉDIO	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 676 - ALTOS
248	ITAPIÚNA	CASA	R. JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, 55
249	ITAPIÚNA	CASA	RUA JOAQUIM BEZERRA
250	ITAPIÚNA	FÓRUM	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, S/N
251	ITAREMA	CASA	AV. RIOS 410 – CENTRO
252	ITAREMA	FÓRUM	AVENIDA RIOS, 440
253	ITAREMA	CASA	CASA RESIDÊNCIA PROMOTOR AV. RIOS, CENTRO
254	ITATIRA	CASA	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/Nº
255	ITATIRA	FÓRUM	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/N
256	JAGUARETAMA	CASA	RUA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES – CENTRO,
257	JAGUARETAMA	FÓRUM	RUA RIACHO DE SANGUE, 786
258	JAGUARIBARA	FÓRUM	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
259	JAGUARIBE	CASA	R. ALTO DO CRUZEIRO S/N
260	JAGUARIBE	FÓRUM	AV. 08 DE NOVEMBRO, 1261, CENTRO
261	JAGUARUANA	CASA	RUA CEL. RAIMUNDO FRANCISCO
262	JAGUARUANA	FÓRUM	RUA CORONEL RAIMUNDO FRANCISCO, 1402
263	JARDIM	CASA	RUA SANTO ANTONIO, S/N
264	JARDIM	FÓRUM	RUA SANTO ANTÔNIO, S/N
265	JATI	CASA	R. HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
266	JATI	CASA	RUA SABINO PEREIRA, 68
267	JATI	CASA	RUA SABINO PEREIRA, 38
268	JATI	FÓRUM	AV. JOSÉ HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
269	JIJÓCA DE JERICOACOARA	FÓRUM	TRAVESSA RAIMUNDO ALEXANDRE, CENTRO
270	JUAZEIRO DO NORTE	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 01 a 06
271	JUAZEIRO DO NORTE	FÓRUM	RUA MARIA MARCIONILIA PESSOA SILVA, 800
272	JUAZEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA ERIVANDO DA CRUZ, 50
273	JUAZEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA MANUEL MIGUEL DOS SANTOS, 130, LAGOA SECA
274	JUAZEIRO DO NORTE	TERRENO	PARTE DA QUADRA K
275	JUCAS	CASA	RUA MARIA DE LURDES, Nº 60 / RUA ORMECINDA CORREIA LEITE, S/Nº
276	JUCAS	FÓRUM	RUA JOSÉ FACUNDO LEITE, S/N
277	LAVRAS DA MANGABEIRA	ANTIGO FÓRUM	RUA XAVIER ANGELO, 92
278	LAVRAS DA MANGABEIRA	CASA	RUA JOÃO LÚCIO SOBREIRA
279	LAVRAS DA MANGABEIRA	CASA	RUA JOAQUIM VICENTE MACHADO
280	LAVRAS DA MANGABEIRA	FÓRUM	RUA VICENTE VELOSO DA SILVA, S/N
281	LIMOEIRO DO NORTE	CASA	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 633 – CENTRO
282	LIMOEIRO DO	CASA	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 655 – CENTRO



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

	NORTE		
283	LIMOEIRO DO NORTE	FÓRUM	RUA JOÃO MARIA DE FREITAS 1147
284	LIMOEIRO DO NORTE	PRÉDIO	AVENIDA CORONEL JOSÉ NUNES
285	LIMOEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA CÔNEGO BESSA, 2381
286	LIMOEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA CORONEL ANTÔNIO JOAQUIM, 2187
287	MADALENA	CASA	R. JOSÉ HOMERO DE PINTO, 81
288	MADALENA	FÓRUM	RUA JOSÉ HOMERO SARAIVA, 51
289	MARACANAÚ	CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 1 CENTRO
290	MARACANAÚ	CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 2 CENTRO
291	MARACANAÚ	CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 3 CENTRO
292	MARACANAÚ	FÓRUM	AV. DOS ESTRUTURANTES, S/N
293	MARACANAÚ	PRÉDIO	RUA EDSON QUEIROZ
294	MARANGUAPE	CASA	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
295	MARANGUAPE	CASA	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
296	MARANGUAPE	FÓRUM	LOTEAMENTO NOVO MARANGUAPE, OUTRA BANDA
297	MARANGUAPE	PRÉDIO	PRAÇA DES. PONTES VIEIRA, CENTRO
298	MARCO	CASA	RUA OSTERNO S/N – CENTRO.
299	MARCO	FÓRUM	RUA DEPUTADO FRANCISCO MONTE, S/N
300	MARTINOPOLIS	FÓRUM	AV. CAPITÃO BRITO, CENTRO
301	MASSAPÊ	CASA	RUA SIGEFREDO ARRUDA S/N – CENTRO
302	MASSAPÊ	FÓRUM	RUA APRIGIO COELHO
303	MAURITI	CASA	AV. BURITI GRANDE, S/Nº – CENTRO
304	MAURITI	CASA	RUA JOSÉ QUINTINO LEITE, 129
305	MAURITI	FÓRUM	RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS, 1000
306	MERUOCA	CASA	AV. JOÃO SANFORD, S/N, CENTRO
307	MERUOCA	FÓRUM	RUA MONSENHOR FURTADO, S/N
308	MILAGRES	CASA	RUA SANDOVAL LINS, S/Nº CENTRO
309	MILAGRES	FÓRUM	RUA PALMEIRINDO MENDONÇA E SILVA, S/N
310	MILHÃ	FÓRUM	RUA FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA, 235
311	MIRAIMA	FÓRUM	AV. LINDOLFO BRAGA
312	MISSÃO VELHA	CASA	RUA VEREADOR JOSÉ FERREIRA SOUSA, Nº 150
313	MISSÃO VELHA	FÓRUM	RUA CORONEL JOSÉ DANTAS, S/N
314	MOMBAÇA	FÓRUM	RUA SILVINO LOPES E SÁ BENEVIDES, S/N, VILA SALETE
315	MOMBAÇA	PRÉDIO	ANÉSIA CASTELO, MEIRELES, 01, CENTRO
316	MONSENHOR TABOSA	CASA	RUA CORONEL EPIFANIO, Nº 02
317	MONSENHOR TABOSA	CASA	RUA JOÃO PAMPLONA S/Nº CENTRO
318	MONSENHOR TABOSA	FÓRUM	RUA PRAÇA LUIZ ALVES DE MESQUITA, S/N
319	MORADA NOVA	CASA	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 761
320	MORADA NOVA	CASA	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 779
321	MORADA NOVA	FÓRUM	AVENIDA MANOEL CASTRO, 680
322	MORAÚJO	FÓRUM	RODOVIA CE071
323	MORRINHOS	CASA	AV. CORAÇÃO DE MARIA S/N – SÃO LUIZ
324	MORRINHOS	FÓRUM	RUA MONSENHOR ATAIDE, S/N
325	MUCAMBO	CASA	RUA VICENTE GOMES, S/Nº CENTRO
326	MUCAMBO	FÓRUM	RUA VICENTE GOMES, S/N
327	MULUNGU	CASA	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/Nº CENTRO
328	MULUNGU	FÓRUM	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/N
329	NOVA	PRÉDIO	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

	JAGUARIBARA		
330	NOVA OLINDA	FÓRUM	AVENIDA ALVINA ALVES, 18
331	NOVA RUSSAS	CASA	RUA 9, Nº 63, BAIRRO COHAB
332	NOVA RUSSAS	CASA	RUA LEONARDO ARAÚJO, 176
333	NOVA RUSSAS	FÓRUM	RUA LEONARDO ARAÚJO, 1752
334	NOVA RUSSAS	TERRENO	RUA EXPEDITO CHAVES, S/N
335	NOVA RUSSAS	TERRENO	ANASTÁCIO RODRIGUES DE CARVALHO
336	NOVO ORIENTE	CASA	RUA COELHO DA SILVA, 90
337	NOVO ORIENTE	CASA	RUA CAPITÃO RODRIGUES, S/Nº
338	NOVO ORIENTE	CASA	RUA CAZUZA ROCHA, Nº 57
339	NOVO ORIENTE	FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO RUFINO, S/N
340	NOVO ORIENTE	PRÉDIO	RUA DEOCLECIANO ARAGÃO, 53
341	OCARA	FÓRUM	CEL JOÃO FELIPE
342	ORÓS	CASA	R. EXPEDITO PAULENO DA SILVA, 09 – CENTRO
343	ORÓS	FÓRUM	AVENIDA JOSÉ FARES LOPES, S/N
344	PACAJUS	CASA	RUA CEL. CÍCERO NOGUEIRA, Nº 363, CENTRO
345	PACAJUS	CASA	RUA JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA Nº 600
346	PACAJUS	FÓRUM	RUA LÚCIO JOSÉ DE MENEZES, S/N
347	PACAJUS	TERRENO	RUA LÚCIO JOSÉ DE MENESES
348	PACATUBA	CASA	RUA RAIMUNDO SIQUEIRA, Nº 2006 CENTRO
349	PACATUBA	CASA	RUA URBANO PINHEIRO, Nº 1285 CENTRO
350	PACATUBA	FÓRUM	RUA CEL. JOSE LIBANIO, S/N
351	PACOTI	CASA	RUA CASTELO BRANCO, S/N
352	PACOTI	CASA	RUA JOÃO HIPÓLITO, 56
353	PACOTI	FÓRUM	RUA PADRE QUILIANO, 57
354	PACUJA	FÓRUM	RUA DOMINGOS MARIANO, S/N
355	PALHANO	FÓRUM	AVENIDA POSSIDÔNIO BARRETO, S/N
356	PALMACIA	CASA	RUA FRANCISCO QUEIROZ, S/Nº CENTRO
357	PALMACIA	FÓRUM	RUA JOSÉ SIMPLICIO, S/N
358	PARACURU	CASA	RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 151
359	PARACURU	FÓRUM	AVENIDA JOÃO LOPES MEIRELES, S/N
360	PARAIPABA	CASA	RUA EVARISTO GOMES, Nº 41 CENTRO
361	PARAIPABA	FÓRUM	RUA DOMINGOS BARROSO, S/N
362	PARAMBU	CASA	RUA ABDIAS ALVES DE ARAÚJO, S/N, HORÁCIO HOLANDA
363	PARAMBU	FÓRUM	RUA LUIZ MOREIRA LIMA, S/N
364	PARAMOTI	FÓRUM	RUA GONÇALVES SOARES, S/N
365	PEDRA BRANCA	CASA	AV. FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N
366	PEDRA BRANCA	FÓRUM	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N
367	PENAFORTE	FÓRUM	AV. ANA TEREZA DE JESUS, S/N
368	PENTECOSTE	CASA	AV. DR. MOREIRA DE AZEVEDO
369	PENTECOSTE	CASA	AV. TABELIÃO FRANCISCO ALVES, Nº 134
370	PENTECOSTE	FÓRUM	RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA, S/N
371	PEREIRO	CASA	AV. JOÃO HOLANDA S/N – CENTRO
372	PEREIRO	FÓRUM	RUA CORONEL PORTO, S/N
373	PEREIRO	TERRENO	AVENIDA JOSÉ MILTON DE MORAIS, S/N
374	PINDORETAMA	FÓRUM	RUA ODILIO MAIA GONDIM, S/N
375	PIQUET CARNEIRO	FÓRUM	RUA ANTONIO FERNANDES, S/N
376	PIRES FERREIRA	FÓRUM	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, S/N
377	PORANGA	CASA	AV. DR. EPITÁCIO DE PINHO S/N.
378	PORANGA	FÓRUM	RUA DR EPITÁCIO PINHO, S/N
379	PORTEIRAS	CASA	RUA JOÃO PIRES DOS SANTOS, S/Nº CENTRO
380	PORTEIRAS	FÓRUM	RUA PREFEITO ANTÔNIO DENGUINHO DE SANTANA, 30
381	POTENGI	FÓRUM	RUA ANTONIO GUEDES NETO, S/N



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

382	POTENGI	PRÉDIO	RUA MÃE DOS SANTOS, S/N
383	POTIRETAMA	FÓRUM	RUA EXPEDITO LEITE DA SILVA, 50
384	QUITERIANÓPOLIS	FÓRUM	RUA JOSÉ COSTA LIMA, S/N
385	QUIXADÁ	CASA	RUA CARLOS JEREISSATI, Nº 772
386	QUIXADÁ	CASA	RUA DIVINO ESPÍRITO SANTO, Nº 1107
387	QUIXADÁ	CASA	RUA TRAVESSA TIRADENTES, 229
388	QUIXADÁ	FÓRUM	AVENIDA JESUS MARIA JOSÉ, S/N, BAIRRO DOS MONÓLITOS
389	QUIXADÁ	PRÉDIO	AVENIDA PLÁCIDO CASTELO, 2028
390	QUIXADÁ	PRÉDIO	RUA JOSÉ JUCA (2ª PAV. DO BANCO DO BRASIL), S/N
391	QUIXELÓ	CASA	RUA SÃO FRANCISCO, S/Nº CENTRO
392	QUIXELÓ	FÓRUM	RUA MARIA JÚLIA DO NASCIMENTO (ANTIGA RUA DAS PALMEIRAS), S/N
393	QUIXERAMOBIM	CASA	AV. GERALDO BIZARRIA, 1003.
394	QUIXERAMOBIM	CASA	RUA DR. MIGUEL PINTO, Nº 423
395	QUIXERAMOBIM	FÓRUM	AVENIDA DR. JOAQUIM FERNANDES, 670
396	QUIXERAMOBIM	TERRENO	LOTEAMENTO
397	QUIXERÉ	CASA	RUA MANUEL GONÇALVES Nº 231 – CENTRO
398	QUIXERÉ	FÓRUM	RUA MANOEL GONÇALVES, S/N
399	REDENÇÃO	CASA	RUA PADRE BARROS, S/Nº – CENTRO
400	REDENÇÃO	FÓRUM	RUA PADRE BARROS, 264
401	RERIUTABA	CASA	RUA AGRÍPIO TEODORO, S/Nº BARRO VERMELHO
402	RERIUTABA	FÓRUM	AVENIDA JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE, S/N
403	RUSSAS	CASA	AV. BEJAMIN CONSTANT/AV. IRMÃ MARIA DASGRAÇAS, Nº 294 – CENTRO
404	RUSSAS	CASA	RUA DR. JOSÉ RAMALHO Nº 1335 – CENTRO
405	RUSSAS	PRÉDIO	TRAVESSA JOÃO NOGUEIRA COSTA, S/N
406	RUSSAS	PRÉDIO	RUA PADRE ZACARIAS RAMALHO, 137
407	RUSSAS	PRÉDIO	RUA CEL. PERDIGÃO SOBRINHO, S/N
408	RUSSAS	FÓRUM	TRAVESSA ANTONIO GONÇALVES FERREIRA, S/N, BAIRRO TABULEIRO DO CATAVENTO OU BAIRRO GUANABARA, 62900-000 (VIZINHO A UPA)
409	SABOEIRO	CASA	RUA VEREADOR ELÍZIO FLORENTINO, S/N
410	SABOEIRO	FÓRUM	RUA VEREADOR ELISIO FLORENTINO TEIXEIRA, S/N
411	SABOEIRO	TERRENO	RUA MONOEL DE PAULA FERNANDES VIEIRA
412	SALITRE	FÓRUM	RUA SÃO FRANCISCO, S/N
413	SANTA QUITÉRIA	CASA	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 01 – PRIMAVERA
414	SANTA QUITÉRIA	CASA	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 02 – PRIMAVERA
415	SANTA QUITÉRIA	PRÉDIO	AV. PROJETADA 01, ESQUINA COM UMA RUA PROJETADA 04
416	SANTA QUITÉRIA	PRÉDIO	RUA JOÃO RODRIGUES PINTO, 392
417	SANTANA DO ACARAÚ	CASA	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
418	SANTANA DO ACARAÚ	FÓRUM	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
419	SANTANA DO CARIRI	CASA	RUA DEPUTADO FURTADO LEITE, S/Nº, CENTRO
420	SANTANA DO CARIRI	FÓRUM	RUA JOAQUIM TÁVORA, S/N
421	SÃO BENEDITO	CASA	RUA MONSENHOR CUSTÓDIO, 1560
422	SÃO BENEDITO	CASA	RUA TABAJARA, 1560 – BAIRRO CORRENTE, DE FRENTE PARA RUA FRANCISCO BRANDÃO (IMÓVEL 2834)
423	SÃO BENEDITO	FÓRUM	RUA DR. FRANCISCO RUBENS BRANDÃO, S/N, BAIRRO CORRENTE



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

424	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CASA	RUA AURINEIDE VIANA ESQUINA COM RUA FILOMENA MARTINS – BAIRRO SANTA CRUZ
425	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CASA	RUA JOSÉ OURIVES (IMÓVEL 2211)
426	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	FÓRUM	RUA ADITE MOTA, S/N
427	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	FÓRUM	RUA DANIEL RODRIGUES, 547
428	SÃO LUIS DO CURU	CASA	TRAVESSA MIQUELINO LOPES S/N – CENTRO.
429	SÃO LUIS DO CURU	FÓRUM	RUA FLORÊNCIO TABOSA, S/N
430	SENADOR POMPEU	CASA	R. ADONIAS MANO DE CARVALHO, 99
431	SENADOR POMPEU	CASA	R. FCO. LEANDRO, 81
432	SENADOR POMPEU	ANTIGO FÓRUM	RUA MARCIONÍLIO GOMES DE FREITAS, S/N
433	SENADOR POMPEU	FÓRUM	AV. SENADOR CARLOS GEREISATI
434	SENADOR SÁ	FÓRUM	AV. VINTE E TRÊS DE AGOSTO, 32
435	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 01
436	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 02
437	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 03
438	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 04
439	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 05
440	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 06
441	SOBRAL	FÓRUM	AVENIDA MONSENHOR ALOÍSIO PINTO, 1300
442	SOBRAL	PRÉDIO	PRAÇA SENADOR FILGUEIRAS, S/N
443	SOBRAL	PRÉDIO	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, 330
444	SOBRAL	PRÉDIO	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, S/N
445	SOLONÓPOLE	CASA	RUA ANTÔNIO OZIRES PINHEIRO
446	SOLONÓPOLE	CASA	RUA M ^a . FRANCELINA PINHEIRO LANDIM N ^o 1046
447	SOLONÓPOLE	FÓRUM	AVENIDA PREFEITO JOSÉ SIFREDO PINHEIRO, 108
448	TABULEIRO DO NORTE	CASA	RUA GERÔNIMO BATISTA N ^o 4278, 08 DE JUNHO
449	TABULEIRO DO NORTE	FÓRUM	RUA MARIA ALARCON, 433
450	TABULEIRO DO NORTE	TERRENO	RUA ZIL TAMIR CHAVES
451	TAMBORIL	CASA	RUA TABELIÃ ANA ARAÚJO RIBEIRO, S/N
452	TAMBORIL	FÓRUM	RUA JESUÍTA ADEODATO, S/N
453	TARRAFAS	FÓRUM	AVENIDA DOUTORA MARIA LUIZA LEITE, S/N
454	TAUA	CASA	RUA DOMINGOS GOMES, 74
455	TAUA	CASA	RUA DONDON FEITOSA, 639
456	TAUA	CASA	RUA VALDIZAR ALEXANDRINO OLIVEIRA, N ^o 406
457	TAUA	FÓRUM	AVENIDA ABGAIL CIDRÃO DE OLIVEIRA, S/N
458	TAUA	PRÉDIO	AVENIDA CORONEL VICENTE ALEXANDRINO DE SOUZA, 10
459	TAUA	PRÉDIO	RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA, 211
460	TEJUÇUOCA	FÓRUM	JOSÉ ANDRADE DE SOUSA, 329
461	TIANGUÁ	CASA	AV. MOISÉS MOITA, 555 – CENTRO



Relatório de Desempenho da Gestão 2024 – Tribunal de Justiça

462	TIANGUÁ	CASA	AV. PREFEITO JAQUES NUNES, 1256 – CENTRO.
463	TIANGUÁ	CASA	RUA CONSELHEIRO JOÃO LOURENÇO, 68
464	TIANGUÁ	FÓRUM	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
465	TIANGUÁ	PRÉDIO	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
466	TIANGUÁ	TERRENO	RUA MESSIAS AGUIAR, S/N
467	TRAIRI	CASA	AV. CELSO BARROSO ESQUINA COM CEL. JOSÉ ARAGÃO, S/Nº
468	TRAIRI	CASA	RUA MANOEL TEIXEIRA, Nº 120
469	TRAIRI	FÓRUM	RUA FORTUNATO BARROSO, S/N
470	TURURU	FÓRUM	RUA PEDRO LEITÃO, 22, CENTRO
471	UBAJARA	CASA	RUA ABDEL KARDER MAGALHÃES, Nº 112 CENTRO
472	UBAJARA	FÓRUM	AVENIDA CORONEL FRANCISCO CAVALCANTE, 149
473	UBAJARA	TERRENO	RUA PROJETADA, S/N
474	UMARI	FÓRUM	AVENIDA DOM QUINTINO, S/N
475	UMIRIM	CASA	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, S/N
476	UMIRIM	FÓRUM	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, S/N
477	URUBURETAMA	CASA	CE-243 - KM 07 (IMÓVEL 2975)
478	URUBURETAMA	CASA	TRAV. JOAQUIM ÁVILA, Nº 122
479	URUBURETAMA	ANTIGO FÓRUM	RUA MAJOR SALES, 697
480	URUBURETAMA	FÓRUM	RUA MAJOR SALES, S/N, LOTEAMENTO ITAMARATY
481	URUOCA	CASA	RUA BOA VISTA S/N – CENTRO
482	URUOCA	FÓRUM	RUA JOÃO RODRIGUES, 219
483	VARJOTA	FÓRUM	RUA MANOEL RODRIGUES TAVARES, S/N
484	VARJOTA	TERRENO	RUA MONSENHOR JOSÉ ATAÍDE DE VASCONCELOS
485	VARZEA ALEGRE	CASA	RUA IRACI BEZERRA, Nº 344 – VAZANTE
486	VARZEA ALEGRE	ANTIGO FÓRUM	RUA PROFESSORA SOCORRO ROLIM, 60
487	VARZEA ALEGRE	TERRENO	RUA ESTÁDIO JUREMAL
488	VARZEA ALEGRE	TERRENO	RUA PADRE CÍCERO ESQUINA COM A RUA FRANCISCO CORREIA LIMA
489	VARZEA ALEGRE	FÓRUM	RUA RAIMUNDO SOBREIRA LIMA SOBRINHO (MUNDINHO SOBREIRA), S/N
490	VIÇOSA DO CEARÁ	CASA	RUA PE. BEVILÁQUA, 639
491	VIÇOSA DO CEARÁ	CASA	RUA FONTENELE SOBRINHO, Nº 1524, CENTRO
492	VIÇOSA DO CEARÁ	FÓRUM	AV. JOSÉ FIGUEIRA, S/N
493	VIÇOSA DO CEARÁ	TERRENO	RUA FRANCISCO CALDAS, 548/556

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura do TJCE